

AO LEME DA FENPROF



foto: Catarina Teixeira

IV ENCONTRO PELA PAZ

A Fenprof foi uma das organizações promotoras do IV Encontro pela Paz, sob o lema “Pela Paz, todos não somos demais! Cumprir a Constituição de Abril!”, que aconteceu no dia 31 de maio, no Seixal. A participação era livre, mas sujeita a inscrição prévia. No final, houve um desfile até à Baía do Seixal. O SPN fez-se, naturalmente, representar.

No essencial, o Encontro teve como objetivo contribuir para a mobilização e intervenção em defesa da Paz e da cooperação internacional, presentes os princípios constantes na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas.

Esta iniciativa surgiu na sequência de anteriores encontros, organizados após o desafio lançado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, consciente de que é imperioso encontrar respostas adequadas

para enfrentar as sérias ameaças à Paz que continuam a pairar sobre a Humanidade.

As organizações e personalidades presentes foram convidadas a intervir sobre três temas: Paz e Desarmamento, Cultura e Educação para a Paz e Solidariedade e Cooperação. Num momento de escalar de tensões, de promoção de conflitos, de aumento do militarismo e corrida aos armamentos, o Encontro constituiu-se como um momento importante na afirmação do caminho da Paz e da resolução pacífica dos conflitos.

RR

Ficha técnica

Diretora: Manuela Mendonça (MM) **Diretores-adjuntos:** Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC) **Editor:** Rogério Ribeiro (RR)

Conselho de Redação: Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD), Susana Nogueira (SN)

Colaboraram nesta edição: Maria João Leite (MJL), Cláudio Moreira (CM), Manuela Silva (MS), Helder Maia (HM), Ondina Maia (OM), Nuno Fadigas (NF) e Mário D. Soares (MDS)

Fotografia: Henrique Borges (HB), incluindo a capa

Paginação: Miguel Ângelo

Impressão: Sersilto-Empresa Gráfica, Lda

Propriedade: Sindicato dos Professores do Norte (SPN)

Redação e Administração: Rua D. Manuel II, 51/C - 3.º - 4050-345 Porto

Tel.: 226 070 500

E-mail: spninfo@spn.pt

Site: <http://www.spn.pt>

Tiragem média: 1000 exemplares

Registo no ICS: 109963

Depósito legal: 238855/06

Distribuição gratuita aos sócios do SPN

NÃO, NÃO ESTÁ TUDO BEM NA EDUCAÇÃO E NA CIÊNCIA

Escrevo este editorial, depois de conhecidos os resultados eleitorais. Contudo, centrar-me-ei no que (não) aconteceu na pré-campanha e na campanha eleitoral — o (não) debate sobre a Educação e a Ciência. Com efeito, partidos e comunicação social entenderam afastar a Educação e a Ciência do debate político. Partidos com responsabilidades governativas, recentes ou passadas, ignoraram por completo o convite da Fenprof para um debate específico. Compreende-se que, na tentativa de construção de uma realidade paralela, alternativa, esse fosse um objetivo da AD — passar a ideia de que, nestes setores, tudo está bem, graças à ação do governo. O que é bem menos compreensível é que o PS e os restantes partidos tenham contribuído para tal desiderato.

E não está tudo bem na Educação e na Ciência. Muito pelo contrário! Como poderia estar tudo bem, se se acentuam a falta de investimento e a consequente desvalorização dos docentes e investigadores? Não há como escamotear! São múltiplos os exemplos, a começar pela falta de professores, realidade sentida em cada vez mais regiões do país e cada vez mais cedo no ano escolar. Essa carência vem alastrando para os setores privado e solidário, muito pela fuga de tantos para o setor público. A carreira é demasiado longa, com impulsos remuneratórios muito desiguais que penalizam fortemente os escalões iniciais e intermédios. Falta, ainda, expurgar, em definitivo, as iníquas vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões. Depois, temos milhares de docentes vítimas de ultrapassagem por outros, com o mesmo ou menos tempo de serviço, fruto de injustiças cometidas nas várias transições de carreira, problema apenas resolúvel pelo posicionamento de TODOS na carreira, de acordo com TODO o tempo prestado. Os horários de trabalho estão cada vez mais desregulados e sobrecarregados, muito acima das 35 horas, com reflexos terríveis numa profissão cada vez mais envelhecida. Por falar em envelhecimento, a existência de um regime de aposentação que ignora o elevado desgaste físico, psíquico e emocional provocado, pelo seu exercício prolongado e em condições cada vez mais difíceis, é outro problema.

Mas há mais. Muito mais. Por exemplo, no que toca à avaliação de desempenho, continua o modelo burocratizado, com menções condicionadas por quotas máximas, e desviado do que deveria ser o seu foco principal, o caráter formativo. A precariedade é elevada, como comprova o facto de os docentes em condições de vincular pela 1.ª prioridade terem uma média de idades de 45 anos e 10 a 12 anos de serviço. Então se nos reportamos ao ensino superior, a precariedade impera, com mais de 50% dos docentes contratados sem garantias de estabilidade, e mais ainda na investigação científica, onde a percentagem quase chega a 90%. Referência, ainda, para a insistência num processo de transferência de competências — leia-se, municipalização —, em que a larga maioria dos municípios entrou por imposição legal e não por opção e que a esmagadora maioria dos docentes critica veementemente. Assim como critica uma gestão escolar que recusa a participação, a elegibilidade e a colegialidade, essenciais num regime que se quer verdadeiramente democrático.

Urge, por isso, voltar a colocar a Educação no centro do debate político. Ao novo governo, cabe a definição de políticas públicas que respondam verdadeiramente às necessidades das escolas, dos docentes e investigadores e dos alunos. Logo que a Assembleia da República esteja constituída e o novo governo empossado, a Fenprof pedirá reuniões aos grupos parlamentares e à(s) equipa(s) que tutelar(em) a Educação e a Ciência, para apresentação das principais reivindicações aprovadas no 15.º Congresso Nacional dos Professores.



José Manuel Costa
Coordenação do SPN



A REVOLUÇÃO NÃO SE FEZ FAZ-SE





PELOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES



A EDUCAÇÃO NÃO É UMA MODA!

Tal como o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) previra, as Provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA) revelaram-se contraproducentes e perturbadoras da vida das escolas. E não pode o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) pensar que servem para prolongar as atividades no final do ano letivo, como forma de repor aulas que não aconteceram em virtude da realização das provas. Se tal acontecer, a Fenprof, naturalmente, declarará greve.



A realidade veio provar que as provas ModA constituíram forte perturbação no funcionamento das escolas, além de acrescentarem aos docentes uma enorme sobrecarga de trabalho, já de si sujeitos a horários que ultrapassam, em muito, os limites legalmente estabelecidos. Obrigaram, ainda, à suspensão de muitas atividades, incluindo letivas, para garantir a sua realização. Sobre toda a desorganização que as provas ModA introduziram nas escolas, veio o MECI lembrar às escolas que “havendo interrupção das atividades letivas aquando da realização das Provas ModA, terá de haver lugar à compensação do tempo desta interrupção”, advogando que “caso o diretor decida interromper as atividades letivas, deve ser dado cumprimento ao ponto n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, que refere que as atividades escolares correspondem a um mínimo de 180 dias efetivos”.

Este cumprimento poderá implicar, em muitas escolas, o prolongamento do ano letivo para além do limite previsto no calendário escolar e a eventual sobreposição de serviço letivo, correção de provas, conselhos de turma e serviço de exames, introduzindo, ainda, mais perturbação e imprevisibilidade no funcionamento das escolas, sobrecarregando os docentes e adiando as atividades relacionadas com a avaliação, o que interferirá, por certo, com as férias de alguns docentes. O SPN contesta, ainda, o prolongamento forçado das aulas para os alunos, que considera contraindicado.

Recorde-se que a Fenprof convocou greve a todas as tarefas relacionadas com as provas, designadamente secretariado, vigilância e classificação, com o propósito de garantir aos professores proteção contra uma acrescida sobrecarga de trabalho e evitar mais perturbações no funcionamento das escolas. Em jeito de balanço, dir-se-á que, numa espécie de *vale tudo*, pouco importou se houve aulas e outras atividades; se houve igualdade na sua aplicação; se ocorreram simultaneamente e no respeito pela duração prevista; se os equipamentos funcionaram... Foram inúmeros os abusos, sobrecargas e ilegalidades impostos pela administração educativa, apenas com um fito de se poder dizer que se realizaram.

Esta forma de agir, de remendo sobre remendo, denota a falta de preocupação da tutela na construção de um projeto consistente de Escola Pública e a falta de respeito pelos docentes e demais trabalhadores das escolas. Se havia razões para questionar as provas ModA, a desorganização que elas provocaram na vida das escolas é mais um motivo para que sejam repensadas e, se se pretende promover um processo de aferição do sistema e das aprendizagens dos alunos, então, há que encontrar um modelo completamente diferente, com base num processo científico de amostragem. Pela experiência do presente ano, fica-se a saber que o ano letivo terá início em data prevista, o final será *à la carte*.

RR

O SPN E AS LEGISLATIVAS/2025

No dia 18 de maio, realizaram-se eleições para a Assembleia da República. Os resultados confirmaram a recusa de uma maioria absoluta, a subida da extrema-direita e uma taxa de abstenção a rondar os 40%. Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a opção política está feita e é a mesma de sempre: a defesa intransigente dos legítimos direitos dos docentes e dos investigadores e da Escola Pública, conquista fundamental de Abril.



Soa a lugar-comum considerar que as Legislativas/2025 decorreram num quadro internacional complexo e imprevisível, e que no plano nacional persiste uma governação que não deu respostas aos problemas dos portugueses. Uma governação que nutre especial apetência pelo ataque aos serviços públicos, abrindo caminhos de retrocesso nos direitos sociais. Da noite eleitoral, resultou um quadro político reconhecidamente complexo e ainda mais adverso do que aquele que existia.

No que à Educação diz respeito, se a queda do governo impediu a concretização de medidas gravosas do seu programa, a vitória da AD, reforçada, antevê tempos de intensa luta. Desconhece-se, por enquanto, o programa do governo, mas sendo expectável que haverá continuidade, então os docentes têm razões para preocupação. Por aí virá a substituição da graduação profissional por critérios carregados de subjetividade na colocação de professores; a profissionalização da gestão escolar; o aprofundamento do processo da municipalização; a redução do papel do Estado a mero regulador do sistema educativo; a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo; a liberalização dos negócios na educação e no ensino, facilitando a privatização do sistema educativo, num quadro em que o conjunto dos partidos da direita possui maioria qualificada para rever a Constituição da República Portuguesa. A manutenção destes objetivos, presentes no programa eleitoral da AD e que garantidamente transitarão para o programa do governo, implica

a disponibilidade dos docentes para resistir e lutar, em nome do serviço público da Educação. Resistência e luta serão, por certo, palavras que marcarão o discurso dos professores e do SPN, nos próximos tempos.

Quanto aos resultados eleitorais, o SPN destaca a recusa, por parte dos portugueses, de um cenário de maioria absoluta. E, claro, constata a ascensão de um partido da extrema-direita a segunda maior representação parlamentar, à boleia de um discurso populista, de natureza fascista, que coloca em causa a própria democracia. No entanto, o SPN não fará depender a sua ação dos resultados eleitorais. Sendo um Sindicato cujo propósito político é a salvaguarda dos legítimos direitos dos docentes e dos investigadores, norteará a sua iniciativa pela defesa intransigente da Escola Pública, conquista fundamental de Abril. Fará seu, porque também o é, o Programa de Ação e a Resolução sobre a Ação Reivindicativa aprovados no 15.º Congresso, que serão os guias imediatos para a ação sindical. Em breve, serão apresentadas aos grupos parlamentares e, logo que seja constituído, ao próximo governo. Num momento em que a falta de professores se agrava, o SPN, tal como a Fenprof, reitera a necessidade de valorizar a profissão docente como medida estruturante para a resolução do problema, pelo que a revisão do Estatuto da Carreira Docente será a prioridade da ação junto do novo governo.

RR

O QUE ESPERA DO NOVO GOVERNO?

O que espero do próximo Ministério da Educação? Respeito pela Escola Pública e que ouça quem está nas escolas. Os professores exigem respeito, progresso justo e condições dignas. É inadiável a revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018, porque precisa de mudanças profundas — a inclusão não pode ser apenas no papel, sem meios humanos e técnicos. O Estatuto do Aluno deve ser repensado com urgência, reforçando a responsabilidade dos alunos e a autoridade dos professores. É urgente mudar os “poderes do Diretor”, porque estão a construir-se verdadeiros feudos. Basta de promessas vazias. A Escola Pública necessita de ação concreta e firme, coragem política e respeito por quem a sustenta todos os dias.

Antónia Ribeiro

Sócia n.º 25580, AE D. António Taipa (Paços de Ferreira)

O povo português foi chamado a votar num processo eleitoral marcado com urgência. Num período mundialmente conturbado, espero que o novo governo tenha como preocupação central a criação de uma sociedade equitativa e estável. Para tal, deve apostar na educação, na saúde, no emprego, na habitação e na Paz, pilares essenciais na construção de uma sociedade afortunada. No que toca à educação, espero que haja uma forte valorização da profissão, através de uma revisão justa do Estatuto da Carreira Docente, mantendo um estatuto próprio, com uma estrutura de carreira que permita a chegada ao topo, por forma a garantir uma aposentação digna e valorizada. Deverá ser garantido, também, um regime de avaliação de desempenho justo e de carácter formativo, assim como a existência de horários de trabalho equilibrados em todos os setores de educação e ensino. Enfim, importa defender, e dar prioridade, à Escola Pública de qualidade.

Marta Martins

Sócia n.º 43034, AE Maia

Ao longo do processo eleitoral, foram identificados inúmeros problemas na educação, ainda por resolver, principalmente a falta de professores, mas também a recuperação integral do tempo de serviço, os horários de trabalho, a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), entre outros. A Fenprof tem vindo a alertar todos os quadrantes políticos que o problema da falta de professores irá agravar-se com o decorrer dos anos, caso não se tomem medidas para um combate eficaz. A Federação sempre defendeu que, para resolver este problema, a profissão terá de ser mais atrativa e possuir melhores condições de trabalho. Este combate não se ganha com as medidas como as que o governo cessante adotou: recurso a horas extraordinárias, aumentando a carga letiva e provocando um enorme desgaste profissional aos professores.

Paulo Campos

Sócio n.º 41983, AE D. Afonso Henriques (Santo Tirso)

Com o ato eleitoral concluído no panorama político nacional, os professores e toda a comunidade educativa aguardam, com expectativa, medidas concretas que respondam a reivindicações justas e há muito exigidas. Espera-se que o novo governo esteja aberto a uma negociação sem malabarismos políticos ou fins economicistas e que, de uma vez por todas, a sua agenda priorize a educação como um pilar fundamental da sociedade e dê o devido valor à Escola Pública. Que, definitivamente, o novo governo encare a escola como muito mais do que um espaço de transmissão de conhecimento, assumindo-a definitivamente como uma instituição social central na formação dos indivíduos e na transformação da sociedade.

Teresa Paula Silva

Sócia n.º 26166, AE Teixeira Pascoaes (Amarante)

Sobre as eleições, esperei, sinceramente, que os candidatos de cada partido avançassem com propostas concretas, credíveis e exequíveis, abandonando a estratégia populista e demagógica a que se assiste em qualquer (pré-)campanha marcada pelo egocentrismo radical, parecendo que estão constantemente em frente ao espelho, questionando se há alguém mais belo do que eles... Esperança em vão! Agora, concluído o ato eleitoral, peço que não nos façam perder muito tempo, nem esgotem a nossa paciência, porque já não queremos saber quem é o mais belo, nem quem parece ser o mais sério ou o mais simpático. O povo quer que quem governe tome medidas, no mínimo, razoáveis para todos, sem exceção. E, para a Educação, é absolutamente necessário atrair jovens para a profissão; reorganizar as cargas horárias escolares, gerindo tempo de permanência na escola de professores e alunos; introduzir áreas artísticas na educação pré-escolar e em todos os níveis de ensino, distribuídas como componente letiva, atribuídas a docentes de diferentes variantes; transferir para as Universidades a seleção de alunos que pretendem ingressar no ensino superior...

Gabriela Alves

Sócia n.º 33283, AE Prof. António Natividade (Mesão Frio)

Desejo que a Escola pública continue a ser o principal foco do investimento na educação, não recorrendo à falsa premissa de liberdade de escolha para todos, entre o setor público e privado, incrementando, dessa maneira, o negócio da educação. Que a figura do/a educador/a e professor/a seja de facto valorizada como elemento fundamental para o sucesso da educação em Portugal, com uma carreira digna e valorizada para todos, dando uma perspetiva de futuro para os que querem ingressar nesta profissão. Que a Escola e os seus intervenientes, sejam um verdadeiro instrumento de transformação do país, contribuindo para a formação de cidadãos informados, com espírito crítico e criativo e livres.

Belmiro Carvalho

Sócio n.º 23956, AE Esmoriz – Ovar Norte



AS PROMESSAS E O NOVO GOVERNO

Muito se tem falado sobre as novas medidas do governo para a Educação. São ideias que, em teoria, até parecem promissoras: valorizar a carreira docente, integrar as creches na tutela da Educação, reduzir a burocracia, combater a indisciplina e rever o Estatuto da Carreira Docente (ECD). Mas quem vive o dia-a-dia das escolas sabe que entre o discurso político e a realidade nas salas de aula vai, muitas vezes, um enorme fosso. E os professores, que há anos pedem respeito, reconhecimento e condições dignas, olham para estas promessas com um misto de esperança e desconfiança.

Fala-se em valorizar a carreira docente. Mas, na prática, o que é isso? É reconhecer que ensinar não é apenas uma profissão, é uma missão exigente e cada vez mais difícil. É garantir vencimentos justos e que há progressão na carreira. Os professores estão cansados de ser tratados como meros executantes de políticas mal pensadas. A valorização tem de ser mais do que palavras bonitas: tem de vir com medidas concretas, palpáveis, que façam os profissionais sentir que vale a pena continuar e que cativem os jovens a serem professores.

Depois temos a eterna promessa de reduzir a burocracia, uma das propostas do governo. Aqui, todos os professores aplaudem, mas já ouviram isto tantas vezes que se tornaram céticos. Basta entrar numa escola e ver o tempo que se perde com relatórios, plataformas, grelhas, registos e reuniões inúteis para perceber o absurdo a que se chegou. A escola devia ser um espaço de aprendizagem, não um escritório. Se o governo conseguir mesmo aliviar esta carga, já estará a fazer um grande favor à qualidade do ensino.

Outro ponto é o combate à indisciplina, um problema cada vez mais grave e visível. Os professores sentem-se muitas vezes sozinhos, sem apoio da direção, dos pais ou até das autoridades. A indisciplina mina o ambiente nas escolas, desmotiva quem ensina e prejudica quem quer aprender. Mas não chega criar mais regulamentos, é preciso uma estratégia firme, com medidas reais, desde o reforço de psicólogos até ao envolvimento das famílias.

Acresce ainda uma exigência que os professores têm vindo a reforçar: o modelo de eleição dos diretores. A atual estrutura de gestão é muitas vezes vista como autoritária e distante da realidade pedagógica. Os professores querem um órgão colegial, mais democrático, mais próximo dos docentes e centrado na cooperação. Uma liderança que represente verdadeiramente o projeto educativo da escola e que promova a participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões.

Finalmente, fala-se em revisão do ECD. Aqui o medo é grande. Já vimos revisões que retiraram mais do que deram. O que se espera agora é um estatuto que respeite a profissão, que reconheça o esforço e o desgaste, que permita uma progressão justa e digna, e que não continue a empurrar os professores para a exaustão e para o desânimo.

No fundo, o que os professores esperam é simples: que o discurso político se traduza em ação concreta. Que as promessas não fiquem no papel, porque a Educação precisa, sim, de reformas, mas reformas que sejam pensadas com quem está no terreno, com quem conhece os problemas e sabe o que realmente pode fazer a diferença.

Sara Barbosa

Sócia n.º 29625, AE D. Manuel Faria Sousa (Felgueiras)

Nota: Os artigos publicados na secção ponto de vista não refletem, necessariamente, a orientação editorial da revista SPN/Informação, pelo que são da responsabilidade dos seus autores, que estão identificados.

VOTAR CLARO: ENCURTAR A DISTÂNCIA ENTRE OS JOVENS E A POLÍTICA

Criado no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3, em 2021, o projeto Votar Claro pretende encurtar a distância entre os jovens e a política, educando para a cidadania política e consciencializando para o dever cívico.

Paulo Lima, um dos coordenadores do projeto, explica que, “embora esta vertente esteja prevista na estratégia de educação para a cidadania, não era algo muito comum um projeto de educação para a cidadania política assim assumida desta forma”, o que exigiu um trabalho institucional da escola.

Dirigido aos alunos de 16 e 17 anos, o projeto reproduz os processos eleitorais reais. Disponibiliza informação e formação, promove debates com representantes de todos os partidos políticos e faz uma simulação das eleições. As urnas são espalhadas pela escola e os alunos são incentivados (e não obrigados) a participar. Afinal, a ideia é “criar a consciência cívica de que devo fazer este ato; não é levar, oferecer”, adianta Nuno Santos, diretor do agrupamento. O processo implica a elaboração dos cadernos eleitorais, a organização das mesas de voto e a marcação do dia da eleição. Mas o processo não acaba aqui, “porque depois há todo o tratamento dos resultados”, e até é composta uma Assembleia da República, conta Paulo Lima.

Um projeto “vocacionado de alunos para alunos”

Mesmo quando não é altura de eleições, e apesar de as eleições simuladas serem a “bandeira do projeto”, o Votar Claro não para, dando informação e formação sobre o tema. Este ano, são várias as eleições em Portugal, pelo que a Comissão Eleitoral, cujo presidente é João Ferreira, não tem mãos a medir.

O site do projeto explica as ideologias políticas. Todos podem ir lá “ver o que é o liberalismo, o que é a social-democracia, o que é o conservadorismo... e ver se os seus ideais estão lá”, refere Miguel Costa, responsável pelo Departamento de Formação. Além disso, o Votar Claro resumiu, nas redes sociais, medidas dos programas eleitorais dos partidos concorrentes ao distrito do Porto. “Não só os partidos com representação parlamentar, mas também os partidos que, muitas vezes, não conseguem ver as suas propostas lançadas na sociedade civil”, complementa João Ferreira.

Para Sofia Ribeiro, uma das vice-presidentes da Comissão Eleitoral, os eventos conseguem “chamar mais alunos a participar e a perceber o quão importante a política é, de facto, nas nossas vidas”. Acrescenta que, através dos debates, os alunos contam com “uma escola que fala e discute o que é importante ser discutido”. Afonso Santos entende que os debates acabam por “ajudar os alunos” a esclarecer as ideias e a tirar algumas dúvidas. O responsável pelo Departamento de Eventos já votou ‘a sério’ nas eleições legislativas de maio e conta que o projeto Votar Claro o ajudou a criar curiosidade, “a querer pesquisar mais sobre os partidos, sobre as suas ideias”, a tomar uma decisão consciente. “Para mim, sempre foi um projeto muito interessante, porque envolve este conhecimento, esta informação e o trabalho direto com o aluno, e, sobretudo, porque está vocacionado de alunos para alunos”, afirma Nuno Santos. “A palavra é sempre dada aos alunos”, frisa o diretor, que defende que, mais do que reclamar, é necessário participar ativamente. Paulo Lima lembra que um projeto deste género “só funciona numa escola que veste esta camisola”. Acrescenta que “eles [os alunos] é que são o motor, mas há momentos em que toda a escola está envolvida”.

E já há várias escolas que estão a implementar o projeto, em parceria com a Comissão Eleitoral do Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3, que dá apoio logístico e técnico, como as escolas secundárias de Gondomar, uma do Porto e outra de Leça do Balio; fora outras que adotaram o espírito do projeto sem parceria.





fotos: Comissão Eleitoral VOTAR CLARO da Escola Secundária de Rio Tinto

“A democracia é o ponto mais importante da nossa sociedade atual”

Apesar da “diversidade de ideias” na Comissão Eleitoral, como diz João Ferreira, esta revela-se neutra, apartidária. “Há algo que o Votar Claro defende, e isso nota-se muito nas atividades que vamos desenvolvendo, que é a democracia. Acima de tudo, o Votar Claro não deixa de parte a livre expressão de cada um e acho que também é por isso que nós escolhemos não adotar nenhuma ideologia, porque todos nós temos o direito de lá estar, através do debate, que é, na minha opinião, a mais pura expressão das ideias e a mais pura partilha que pode existir numa democracia, numa sociedade livre”, argumenta Sofia Ribeiro, para quem o Votar Claro quer passar aos alunos a consciência de que “a democracia é realmente o ponto mais importante da nossa sociedade atual”.

Os quatro membros da Comissão Eleitoral destacam, enquanto cidadãos, algumas prioridades para o país. “Há muitos problemas urgentes”, disse João Ferreira, como o da habitação, da saúde e da educação (a vários níveis). Sofia Ribeiro realça ser necessária a valorização dos currículos, já que, atualmente, os alunos “saem da escola para serem como máquinas que são programadas para fazer um determinado tipo de trabalho e não têm a oportunidade de explorar os seus gostos, nem algumas aptidões”.

Também Afonso Santos afirma que as escolas deviam “preparar melhor os alunos para o mundo lá fora”, através do ensino de literacia financeira, por exemplo. “Nenhum de nós sabe fazer um IRS. Muitos nem sabem o que é”, adianta.

Mas há outras áreas onde é necessário intervir: no associativismo juvenil, no sistema eleitoral, para torná-lo mais abrangente, no combate às assimetrias regionais, na valorização das profissões e na melhoria do tratamento aos idosos, criando-se mais lares e centros de dia.

Para Paulo Lima, há uma “forte e unânime” perceção de que o projeto aproxima os alunos da política. Mesmo sendo “um território muito sensível”, com o Votar Claro, hoje os alunos querem conversar sobre política e trocar opiniões. “Se os aproxima ou não a ponto de passarmos a ter menos abstenção no futuro, não sei, só o futuro dirá”, indica, rematando: “Mas sentimos os alunos muito mais despertos, muito mais conscientes, muito mais intervenientes. Se isso os aproxima da política, eu diria que sim.”

MJL



QUEM É FELIZ NA CRECHE?

Desde 1 de setembro de 2022, que se encontra em vigor o programa “Creche Feliz - Rede de Creches Gratuitas”, lançado pelo governo de então. O nome “Creche Feliz” só pode resultar da felicidade que tal medida teve no orçamento mensal dos pais que deixaram de ter de pagar qualquer mensalidade para os seus filhos frequentarem a Creche.



foto: Lusa / António Pedro Santos

Como se sabe, inexistente em Portugal uma rede pública de Creches e, como tal, essa valência educativa está entregue ao setor social e ao setor particular e cooperativo do ensino. Por isso, o programa “Creche Feliz” mais não é do que uma transferência de competências e de financiamento para o setor social e particular de uma tarefa que, nos termos da Constituição da República Portuguesa, pertence ao Estado. Em 2025, ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, o valor entregue pelo Estado às IPSS/Misericórdias, por cada criança que frequenta uma Creche, é de 515,90 €. Além desse financiamento, o Estado permitiu que o número de crianças a frequentar as salas dos 12 aos 24 meses e dos 24 meses aos 36 meses fosse aumentado em duas crianças, por sala.

Perante estas felizes medidas, que fizeram com que a procura das Creches aumentasse exponencialmente, será legítimo questionar de que forma foram beneficiados os educadores de infância. A resposta a tal questão é tudo menos feliz, uma vez que, nem o Estado, nem as associações patronais, valorizaram o trabalho pedagógico dos milhares de educadores de infância. Ao invés, têm sofrido com horários de trabalho ainda mais longos e desregulados.

Com efeito, há anos que os educadores de infância que trabalham por conta de IPSS ou de Misericórdias vêm sofrendo uma verdadeira discriminação inaceitável, que os impede de progredir além do nível 5 da carreira do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), enquanto se mantiverem

em Creche, o que significa que podem ficar a auferir a retribuição de 1.721,00€ *ad aeternum*. Tal sucede devido a uma norma transitória que consta dos CCT, desde 2006, que, como salta à vista, é tudo menos transitória. Trata-se de uma realidade profundamente injusta, uma vez que a carreira de educador de infância é única, inexistindo qualquer diferenciação entre aquele que presta serviço na valência de Creche e o que presta serviço na valência de Educação Pré-escolar.

A Fenprof, desde há vários anos, tem vindo a combater esta desigualdade e injustiça. Contudo, nem a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), nem a União da Misericórdias Portuguesas (UMP), têm cedido nas suas posições, reiterando que só aceitariam eliminar tal norma mediante uma compensação económica do Estado.

Atualmente, o CCT em vigor, celebrado entre a CNIS e a Fenprof, é o que se encontra publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 21, de 08/06/2024; e o celebrado entre a UMP e a Fenprof é o que está publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 45, de 08/09/2024, estando em curso negociações entre as várias estruturas sindicais (nas quais se inclui a Fenprof) e as associações de empregadores, no sentido de se alcançarem as melhorias tão merecidas para os educadores e os professores das IPSS e das Misericórdias, pois são os que mais baixos salários têm na classe.

João Martins
Gabinete Jurídico



SPN no 15.º CONGRESSO

O SPN NO 15.º CONGRESSO

Nos dias 16 e 17 de maio, realizou-se no Fórum Lisboa, o 15.º Congresso Nacional dos Professores, órgão máximo da Fenprof. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN), membro fundador da Federação, marcou, naturalmente, presença. E que presença! Foram muitos, e de qualidade, os contributos dos 165 delegados do SPN, dos quais 146 foram eleitos. Dos delegados presentes, 22 prepararam intervenções, das quais nem todas foram proferidas durante o Congresso, por manifesta falta de tempo e que, aqui, se encontram assinadas (*). Os textos integrais de todas as intervenções dos delegados do SPN encontram-se publicados no sítio do SPN, cujo acesso poderá ser feito através do código QR, inserto nesta página. Aos associados consultam a revista por via digital, basta clicar no link inserto no final de cada resumo deste suplemento.

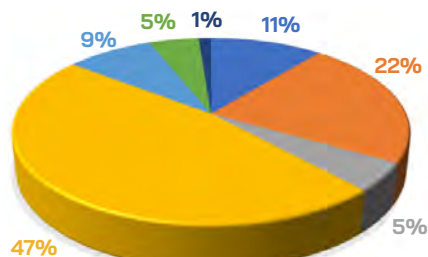


Ver todas as intervenções.

Duas questões marcaram indelevelmente o Congresso – a aprovação, por unanimidade, dos documentos reivindicativos estruturantes da ação da Fenprof e a eleição dos novos secretários-gerais, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves, com 96% dos votos. O Conselho Nacional também conhecerá nova presidente, Anabela Sotaia, ao passo que António Dutra continuará como presidente do Conselho Fiscal.

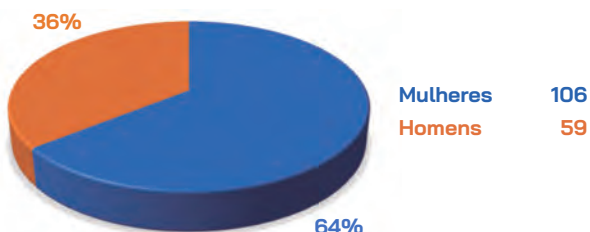
É a intervenção de Francisco Gonçalves (coordenador do SPN), na sessão de encerramento, na qualidade de secretário-geral da Fenprof, que abre este suplemento dedicado à participação do SPN no 15.º Congresso Nacional dos Professores.

DISTRITOS

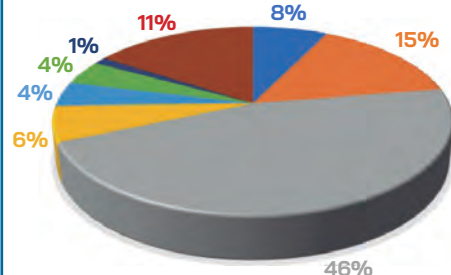


Aveiro	18
Braga	37
Bragança	8
Porto	78
V. Castelo	14
Vila Real	8
Fora SPN	2

GÉNERO

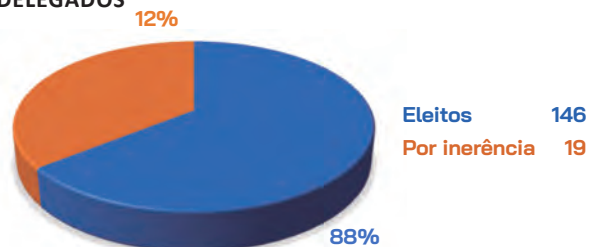


SETORES

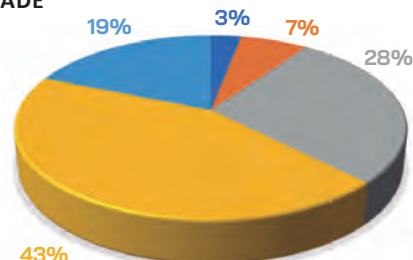


EPE	12
1.º CEB	25
23CEB/ES	76
SUP	10
EE	7
EPC	7
IPSS	2
APOS	26

DELEGADOS



IDADE



24/35	5
36/45	11
46/55	46
56/65	72
60+	31

Representantes do SPN nos órgãos da Fenprof

Conselho Nacional

Ana Paula Maçaira, Beatriz Bachá, Cidália Camacho, Cláudio Moreira, Élia Alves, Francisco Gonçalves, Henrique Borges, João Paulo Dupont, José Manuel Costa, Leonor Ferreira, Lurdes Veiga, Nuno Fadigas, Paulo Duarte, Ricardo Cardoso, Rogério Reis, Rosa Pessoa, Rosalina Alves, Simone Ferreira, Sónia Duarte e Susana Nogueira

Secretariado Nacional

Francisco Gonçalves (secretário-geral), José Manuel Costa, Manuela Mendonça, Marta Cruz, Marta Martins, Paulo Campos e Rogério Ribeiro

Conselho de Jurisdição

Ana Aguiar

TRÊS APONTAMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA FENPROF

Primeiro apontamento – Coordenação do Secretariado

Não precisamos de recuar à República Romana, para encontrar lideranças colegiais, a dois. O SPN tem atualmente, e teve no passado, uma coordenação a dois. No caso do SPRC, a coordenação é a três e, no SPN, já foi a 4, num período, e a 5, noutro. O SPGL, com a designação presidente e área da presidência, o SPZS, com presidente e vice-presidente, o SPM, com coordenador e vice-coordenadora, e a própria Fenprof, no mandato que ora findou, com secretário-geral e secretários-gerais adjuntos, têm, também, coordenações colegiais. Contudo, levanta-se uma outra questão — qual é o rosto da Federação?

Segundo apontamento – O rosto da Fenprof

Aqui, temos que considerar não só o rosto concreto, como o tipo de sindicalismo que o enforma.

O rosto da Fenprof não é o rosto do seu ou dos seus secretários-gerais, não é o rosto dos seus secretários nacionais, não é o rosto dos seus conselheiros nacionais. É o rosto destes e é o rosto dos quinhentos delegados eleitos que estão neste Congresso, é o rosto dos mais de mil dirigentes e delegados dos sete sindicatos que constituem a Federação e é, também, o rosto das centenas de funcio-

nários sindicais da Fenprof e dos seus Sindicatos, que, todos os dias, são interlocutores dos educadores, professores e investigadores com quem falamos e que a nós se dirigem. O rosto da Fenprof é o rosto concreto de cada um destes sindicalistas e destes funcionários sindicais, aquela e aquele que esclarece, aquela e aquele que mobiliza, aquela e aquele que apoia os educadores, os professores e os investigadores em Portugal e no estrangeiro, no público e no privado.

E se o rosto concreto da Fenprof é este, é a forma de fazer sindicalismo que lhe confere a identidade — um sindicalismo de reflexão sobre a política educativa, um sindicalismo reivindicativo, de protesto e de proposta, assente no trabalho sindical nas escolas e de estreita ligação com aqueles que representamos.

É verdade que enche a alma de qualquer um ver o mar de gente que desfilou, durante quatro horas, entre o Marquês do Pombal e o Terreiro do Paço, no dia 11 de fevereiro de 2023, compondo a maior manifestação de professores que esta lusa terra teve; ou, nesse mesmo ano, no dia 19 de janeiro, ter estado presente, debaixo de um dilúvio, em Braga, na primeira ronda de greves distritais, perante uma multidão de pro-

fessores que não arredava pé; ou ainda na manifestação da região Norte/Centro, no Porto, na Avenida dos Aliados, a 4 de março de 2023, presenciando mais de quarenta mil docentes a gritar a uma só voz que a luta ia continuar.

Estes dias especiais só são possíveis devido ao trabalho diário dos milhares de rostos da Fenprof. Só há dias assim, porque temos uma agenda sindical dinâmica, com várias iniciativas de rua, umas maiores outras menores, e porque, todos os anos, fazemos dezenas de plenários sindicais, centenas de reuniões de agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, milhares de visitas às escolas, um sem número de contactos nos jardins-de-infância, nas escolas, nos colégios, nas universidades, nos politécnicos, nas 50 delegações dos nossos Sindicatos.

Estes dias especiais só são possíveis porque prestamos um apoio de qualidade aos nossos associados, porque temos trabalho na escola e contacto presencial com o educador, professor e investigador como alfa e ómega do trabalho sindical dos nossos dirigentes e delegados sindicais.

Estes dias especiais só acontecem porque a Fenprof apresenta propostas, não faz da luta um fim em si mesmo, não cede um milímetro ao conformismo, nem ao voluntarismo. E não se fica por aqui — realiza seminários, debates, reflexões e outras ações sobre a política educativa, de que é bom exemplo o Ciclo de Debates, do Centro de Formação José Salvado Sampaio.

A Fenprof, os seus Sindicatos, os seus dirigentes, os seus delegados e ativistas e os seus trabalhadores sindicais são os rostos de todos os dias, dos dias bons e dos dias maus. É este o rosto da Fenprof, a sua marca, o que fica do que passa.

Terceiro apontamento – O desafio para o futuro

Hoje fechamos um ciclo. Um ciclo que teve as suas dores, particularmente no SPN e no SPGL, mas um ciclo grandioso, de grande afirmação da Fenprof; um ciclo em que foram cruciais todos aqueles que integraram os seus órgãos e dos seus Sindicatos: dirigentes, delegados e ativistas que deram o corpo ao manifesto; de entre todos, é devida uma referência destacada ao Mário Nogueira.

O ciclo que agora se abre é um ciclo de transição geracional. Sabemos que, até ao final da década, são milhares os professores que se aposentarão. Inevitavelmente, e por essa mesma razão, serão muitos os dirigentes sindicais que chegarão à aposentação. O rejuvenescimento do professorado português vai, inevitavelmente, ser replicado nos nossos Sindicatos e na Fenprof. Rejuvenescer não é da política, é um imperativo biológico. As escolas da década de trinta terão novos rostos docentes; a Fenprof e os seus Sindicatos também.

Precisamos, assim, de formar quadros sindicais. Sabendo que a formação de um quadro sindical tem dois ingredientes fundamentais — a prática e o tempo —, é importante destacar que temos bons quadros para passar o testemunho: gente de uma geração que viveu intensamente a construção da democracia em Portugal, esse projeto, afinal, tão recente e ainda inacabado. E temos um grande legado — a marca «FENPROF» que, com a sua for-

ma de fazer sindicalismo, com a sua imagem, vai muito para além desta sala.

Vem das brumas da história da democracia, e de penas muito respeitadas, a ideia de que a geração que aí vem é uma desgraça, como se uma peste escarlate tivesse varrido o mundo e a barbárie fosse uma inevitabilidade.

Se é verdade que, neste tempo, parece pesar mais o individualismo do que a cidadania, a segregação no lugar do convívio, também é verdade que, ainda recentemente, vimos muita gente jovem, nos desfiles do 25 de Abril, a defender os valores de Abril e as suas conquistas, que são, nem mais nem menos, as liberdades, direitos e garantias que a Constituição da República Portuguesa de 1976 afirmou. Destes jovens que desfilaram a preceito pelo 25 de Abril, alguns serão educadores e professores, alguns hão de vir para a profissão.

Se é verdade que muitos alunos do ensino superior fogem a sete pés dos cursos de formação de professores, não é menos verdade que está a aumentar o número de candidatos a estes cursos e que, mais importante, assiste-se a um crescente interesse nas sessões que fazemos (e que temos de continuar a fazer) com alunos das instituições de formação de professores e com estagiários.

Se é verdade que muitos dos nossos sócios, particularmente os mais novos, usam os sindicatos como prestadores de serviços ou como uma espécie de gabinete de apoio ao professor, não é menos verdade que estamos a crescer em sindicalização — temos um grupo considerável de sócios jovens — e em capacidades — fazemos um número significativo de atendimentos presenciais, telefónicos e por e-mail, de quem busca apoio, opinião ou parecer sobre um qualquer problema profissional.

Se é verdade que há uma enxurrada de comentários, sem filtro, nos nossos debates e reuniões *online* que, por vezes, nos põe os cabelos em pé, não é menos verdade que estamos com níveis de participação muito interessantes, em número, tempo e qualidade de intervenção.

Se é verdade que aquilo a chamam Geração X (nados entre 1965 e 1980) já padecia dos males individualistas e afins, não é menos verdade que, com o correr do tempo — esse escultor — muitos passaram de consumidores a cidadãos, de clientes do apoio a sócios a ativistas, a delegados sindicais e a dirigentes, estando hoje, muitos, aqui presentes neste 15.º Congresso Nacional dos Professores.

O futuro está sempre por fazer.

Há potencial de sindicalização. Há campo de recrutamento. Temos legado. Temos rostos. Temos imagem, marca ou o que lhe queiram chamar.

E temos o mais importante: a Fenprof, a mais representativa Federação sindical de professores do nosso país, aquela que tem na defesa intransigente dos direitos dos professores e da escola pública de qualidade o seu único propósito político.

Vamos a isso! Viva o 15.º Congresso Nacional dos Professores! Viva a Fenprof! A luta continua!

Francisco Gonçalves

Intervenção de encerramento (editada)



Em defesa da Educação Pré-escolar pública

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar [...] é clara quando estabelece que incumbe ao Estado “Criar uma rede pública de Educação Pré-Escolar, generalizando a oferta dos respetivos serviços de acordo com as necessidades”. Ainda no mesmo artigo, é referido que o apoio do Estado à criação de estabelecimentos de Educação Pré-escolar por outras entidades da sociedade civil só deve acontecer quando a oferta pública for insuficiente. A Constituição da República Portuguesa garante a todos o direito à educação, incluindo a Educação Pré-Escolar [e] estabelece que o Estado tem a responsabilidade de criar e desenvolver um sistema público de Educação Pré-Escolar.

[...] É imperativo que o Estado português assuma plenamente a responsabilidade de garantir uma rede pública alargada, acessível e de qualidade, capaz de responder às necessidades das famílias em todo o território nacional. A existência de uma rede pública forte permite que todas as crianças, independentemente da sua condição socioeconómica, tenham acesso às mesmas oportunidades educativas. [...] A expansão da Educação Pré-escolar através da celebração de contratos de associação com estabelecimentos particulares, cooperativos e sociais [...] não responde às necessidades do país. Contratos celebrados com instituições privadas em zonas onde deveria existir oferta pública acabam por perpetuar desigualdades e desresponsabilizar o Estado da sua função essencial: garantir educação gratuita e universal.

Além disso, os contratos de associação implicam a transferência de fundos públicos para entidades privadas, o que levanta questões de eficiência e transparência na gestão dos recursos. [...] Este descomprometimento do Estado na promoção efetiva da rede pública da Educação Pré-escolar é uma questão ideológica e uma clara opção pela privatização neste setor da Educação, desperdiçando recursos humanos e físicos para financiar o privado. [...]

Concluo reafirmando: defender a expansão da rede pública de Educação Pré-Escolar é fundamental para garantir o desenvolvimento de todas as crianças, assegurando um acesso justo e universal à educação de qualidade. É uma luta pela igualdade de oportunidades, pela qualidade da educação e pelo futuro das crianças e das próximas gerações.

Leonor Vila

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Educação Pré-escolar e a uniformização dos horários

Estamos aqui, neste 15.º Congresso da Fenprof, unidos sob um lema que é mais do que uma palavra de ordem — é uma urgência: “Valorização, Já! Por uma Profissão com futuro e uma Educação Pública de Qualidade!”. Este lema não é apenas uma reivindicação. É o grito de quem educa, de quem cuida, de quem resiste todos os dias no terreno — nas creches, nos jardins-de-infância, nas escolas e que será levado ao XXV Governo Constitucional.

Falo-vos hoje sobre os educadores de infância da rede pública. Sobre os que acompanham, com dedicação, crianças entre os 3 e os 5 anos. São profissionais que planeiam, avaliam, criam ambientes seguros, afetivos e estimulantes. Mas sabem em que condições? Com 25 crianças, durante 25 horas letivas por semana, em blocos de 60 minutos, sem intervalo, muitas vezes, porque não há assistentes operacionais suficientes! Estes educadores enfrentam um desgaste físico e emocional brutal. E mais: 57% têm mais de 50 anos, são profissionais experientes... mas exaustos! A lei prevê dispensa da componente letiva após 25 e 33 anos de serviço, mas, na prática, muitos são forçados a continuar com tarefas letivas e até substituições! Isto é ilegal. É desumano. É desmotivador.

E aos 60 anos? A Lei prevê a redução da componente letiva para 20h, mas quase 95% ainda cumpre 25 ou mais! Muitos continuam em QZP, longe de casa, acumulando deslocações, inúmeras responsabilidades de coordenação de equipas, todos os anos diretores de turma. E onde está o tempo para tanto trabalho? Não existe, é retirado à sua componente individual. Se o ECD prevê esta redução, por que continuam a impor-lhes tarefas ainda mais exigentes? O que vemos é uma gestão feita à base da contenção de custos, que ignora o bem-estar dos profissionais e compromete a qualidade da educação das nossas crianças.

Colegas, isto tem de mudar! Tal como em 1989 lutámos e vencemos pela carreira única, é tempo de lutar pela uniformização dos horários de todos os docentes desta carreira — da educação pré-escolar ao ensino secundário. Na Região Autónoma dos Açores, já é uma realidade! No Continente e na Madeira também tem de ser! Todos os sindicatos da Fenprof estão unidos nesta causa. Está no programa de ação deste Congresso. E vamos avançar com mais ações. Não aceitaremos menos do que justiça.

Ana Paula Tomé

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Os currículos escolares e a avaliação externa dos alunos

O programa de ação vinca o excessivo foco nos exames nacionais e a sua sobrevalorização. [...] Partimos da consideração de que o que prevalece na argumentação que suporta os exames nacionais é o de serem a ferramenta pela qual se nivelam eventuais disparidades nos resultados, expondo, se existirem, vícios no processo de avaliação.

Em relação a isto, cumpre contrapor que o seu potencial é bastante limitado: i) identificam problemas, mas apenas já no final do Ensino Secundário e apenas para os que prosseguem estudos no Ensino Superior; ii) identificam problemas, mas não os corrigem; iii) alegando a pretensão de compensar vícios do processo de avaliação interna, na verdade, introduzem novos vícios, contaminando as salas de aula com treino pavloviano para exame e instituindo-se como modelo e meta da avaliação e não como mera ferramenta de diagnóstico de um processo que lhe deveria ser alheio.

Como tal, conclui-se que o seu principal propósito é a seriação e não a melhoria do sistema. E embora se autopropõem como mecanismo de regulação de desigualdades, ao excluírem os que não prosseguem estudos superiores, denunciam uma preocupação desigual, com a qual a Fenprof não se identifica, no quadro do paradigma de educação democrática e de qualidade que nos tem sustentado. Do mesmo modo, servindo um esquema paralelo de *rankings* que deles se alimentam, acabam a seriar o mercado de escolas do ensino particular e cooperativo, servindo o interesse privado, contrário à ideia de Escola Pública que apoiamos.

A qualidade é alcançada com mecanismos de autorregulação em todos os patamares do sistema educativo e com foco sobre todos os seus universos. Esses não se confundem com o aumento de incidência dos exames ou com a introdução de provas que os reproduzem, desvalorizando e desvirtuando a avaliação interna e contínua que, na Fenprof, sempre priorizámos.

O que propomos é que o Congresso promova esta reflexão e acolha como horizonte reivindicativo um cenário alternativo aos exames nacionais que, integrado no quotidiano escolar, se debruce, de forma contínua e consequente, sobre a qualidade de práticas educativas e processos de aprendizagem [...].

Sónia Duarte

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

Provas de Monitorização da aprendizagem (ModA)

A introdução das provas de Monitorização da Aprendizagem, no 4.º ano de escolaridade e no 6.º ano, em substituição das provas de aferição, vem, mais uma vez, atrapalhar o trabalho dos professores com os seus alunos. Também a organização das escolas será afetada sem que daí resulte algo positivo. A sua realização, entre 19 de maio e 6 de junho, irá obrigar as escolas a constituir 'secretariados de exame', indicar vigilantes e nomear classificadores. Toda uma logística que acarreta uma sobrecarga para os professores, neste período crucial do ano letivo, que, assim, verão prejudicado o seu trabalho com as suas turmas. Se, por um lado, podemos contestar a aplicação destas provas neste momento, por outro, devemos questionar a utilidade da sua aplicação generalizada.

De facto, compreende-se a utilidade da aferição das aprendizagens dos alunos. No entanto, esse objetivo deveria ser atingido através de um sistema de amostragem, com a vantagem de permitir aos professores tornar uma sobrecarga de trabalho menor. A imposição generalizada destas provas em todas as escolas e agrupamentos leva a suspeitar que o propósito possa ser outro. Será que não se pretende completar a informação fornecida pelos exames nacionais do 3.º CEB e ensino secundário? E dessa forma construir *rankings* que ordenem as escolas em todos os ciclos de ensino? Reconhecendo a falácia das provas ModA, a Fenprof decidiu decretar greve à realização e correção destas provas, bem como a outras tarefas delas diretamente decorrentes. Assim, a greve ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva de estabelecimento passa a ser extensível à realização e correção das provas ModA. Os docentes que decidam aderir à greve não terão de comunicar a sua decisão a qualquer entidade. A Fenprof apela aos delegados presentes no Congresso, bem como a todos os delegados e dirigentes sindicais, que façam chegar à Federação os dados relativos à sua escola ou agrupamento. Para tal, será enviado a todos os delegados e dirigentes um e-mail com o link que dá acesso a um questionário, a ser preenchido à medida que as provas se forem (ou não) realizando. Será, igualmente, enviado um conjunto de FAQ sobre esta greve, para esclarecer dúvidas.

Marta Gisela Martins

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Ensino especial e a aplicação do artigo 79.º do ECD

O horário dos professores da educação especial (EE) é uma grande preocupação, dado que afeta diretamente a qualidade da Escola Pública. A utilização indevida da componente não letiva do horário dos professores de EE, ou seja, o abuso sistemático na aplicação da redução ao abrigo do artigo 79.º do ECD e do trabalho de estabelecimento contribui para uma sobrecarga do horário de trabalho desses professores. O artigo 82.º do ECD foi estabelecido para compreender atividades não letivas. No entanto, temos observado que, em muitas escolas, este artigo tem sido tratado como se fosse componente letiva. A interpretação abusiva da alínea m) do número 3, que refere “o apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem”, está a ser aplicada, em muitas escolas, como se se tratasse da componente letiva.

Esta desordem entre as horas letivas e as horas não letivas, destinadas a outras funções educativas, resulta numa carga horária excessiva que leva a que muitos professores passem a ter horários com 24 e ou 25 tempos letivos. Estes docentes, que já enfrentam desafios significativos no seu dia-a-dia, são sobrecarregados com responsabilidades que não são apenas de ensino direto, mas também de apoio emocional, porque exercem as suas funções educativas com alunos com necessidades específicas.

A ausência de equilíbrio entre as duas componentes gera um círculo vicioso, que origina uma sobrecarga física e emocional que leva a situações de *burnout*, comprometendo a saúde mental, a qualidade do ensino e o bem-estar dos professores. [...] Portugal não pode falhar com estes professores, nem com os alunos que dependem deles. Os atropelos aos horários dos professores de EE são inaceitáveis, porque não respeitam a legislação nem a dignidade profissional destes docentes.

A Fenprof tem alertado para este problema, mas a resposta política tem sido inexistente. É urgente e imperativo que o Ministério da Educação, Ciência e Investigação clarifique a situação, garantindo a distinção clara entre horas letivas e não letivas e reconheça a importância do tempo não letivo na componente de trabalho docente. Temos de dar continuidade a este processo reivindicativo, de forma a pôr fim a este abuso que vem sendo praticado na maioria das escolas.

Ondina Maia

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Pela gestão democrática, vamos à luta!

Congresso após congresso, tenho vindo a falar da importância da gestão democrática; a lembrar que o regime de gestão escolar não é meramente técnico nem pedagogicamente neutro; a lembrar que o atual modelo constitui hoje um fator favorecedor da erosão da vida democrática das escolas e do desgaste profissional dos docentes.

Perante o anúncio de que, no decurso deste ano letivo, o governo iria proceder a uma alteração nesta área, a Fenprof realizou uma consulta, em que participaram 7168 professores, de centenas de escolas dos 18 distritos do continente. As respostas não deixam dúvidas quanto ao que os professores defendem que seja mudado no atual regime e o que recusam que lhes seja imposto, pois, 93% defendem que o órgão de gestão deve ser colegial e eleito por todos os professores, funcionários e representantes de pais e alunos; para 95%, os coordenadores dos departamentos devem ser livremente eleitos pelos seus pares; 83% consideram os mega-agrupamentos unidades orgânicas desumanizadas e sem racionalidade pedagógica; para 90%, a descentralização na educação deve ser feita pela transferência de competências para Conselhos Locais de Educação e para as escolas, sendo residual o número dos que defendem mais competências para as Câmaras Municipais (apenas 2%); 86 % discordam do estabelecimento do estatuto de diretor de escola, que incluía um modelo especial de remuneração e de avaliação. Já com o inquérito a decorrer, foi divulgada a Recomendação n.º 01/2024, do Conselho das Escolas, que defende a manutenção de um órgão unipessoal e a possibilidade de ele escolher toda a sua equipa com elementos externos à escola; a seleção do diretor através de concurso, e não de eleição; a possibilidade de o diretor recrutar diretamente uma percentagem do corpo docente; a designação direta pelo diretor de todos os cargos de liderança intermédia.

A este reforço das competências do diretor, os professores dizem inequivocamente NÃO! A Fenprof apresentará as conclusões desta consulta ao próximo ministro da Educação, exigindo que sejam tidas em conta na revisão do atual regime. Também no que respeita à gestão das escolas, nada sobre os professores sem os professores e, muito menos, contra os professores!

Manuela Mendonça (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Ensino superior e investigação (ESI)

Resultado de vários fatores, vivemos tempos desafiantes do ponto de vista da intervenção sindical no ensino superior e investigação. Não desvalorizamos as dificuldades — a consciência de classe é frequentemente fragmentada; a carreira académica é muitas vezes vivida como um percurso individual; mantêm-se estruturas de poder fortemente hierarquizadas; muitos docentes e investigadores têm dificuldade em se identificarem como “trabalhadores”, o que enfraquece a sua identificação com a luta sindical. O trabalho intelectual à peça tem marcado a lógica empresarial e de mercado da nossa academia, resultando na precarização das condições de trabalho com recurso abusivo a contratos temporários para necessidades permanentes e na desvirtuação da dimensão intelectual da profissão. Contudo, a crescente precarização das relações de trabalho e a pressão sobre os resultados académicos têm impulsionado movimentos de organização em defesa dos direitos mais elementares, de que a progressão, o direito a férias, o direito ao descanso ou a compensação por caducidade dos contratos são um pequeno exemplo. Entendemos que a luta sindical é parte da reconstrução de uma consciência de classe que nos permite superar o individualismo e recuperar a potência transformadora do coletivo. [...] Reforçamos o papel da intervenção direta junto dos colegas na construção de propostas de ação sindical e mobilização.

A diversidade geográfica que caracteriza o Norte levanta-nos um desafio que só conseguimos ultrapassar com muita capacidade de organização, mas principalmente no estabelecimento de uma rede de trabalho. Cientes disso, temos procurado reforçar essa presença, elegendo delegados sindicais e procurando estabelecer espaços de trabalho. [...] Ao longo deste ano, estivemos presentes em diversas iniciativas de contacto, realizámos reuniões sindicais regulares, plenários *online* e reuniões presenciais em várias instituições, das quais foram produzidos comunicados de imprensa.

Os sindicatos são a afirmação do valor do trabalho e são essenciais para construir alternativas às lógicas neoliberais na educação, para fortalecer o papel social do ensino e da ciência como produtoras de saber crítico para desenvolver uma verdadeira consciência de classe entre os trabalhadores do conhecimento.

Helder Maia

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

A valorização da carreira docente no Ensino Superior Politécnico

A Fenprof tem sido decisiva na defesa dos direitos dos docentes e investigadores do ensino superior. [...] Mas apesar dos avanços e da nossa capacidade de intervenção sindical, todos sabemos que muito está ainda por conquistar. [...] Um exemplo ilustrativo: no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) — a instituição a que pertencemos — [...] a aplicação (do Decreto-Lei n.º 112/2021) revelou-se, em muitos casos, profundamente injusta. A proposta da Fenprof era clara: reconhecer o mérito absoluto. Mas, mesmo com critérios previamente definidos, a presidência da instituição impôs limites administrativos ao número de lugares. Criou-se um filtro artificial, que reduziu drasticamente a possibilidade de progressão. E, pior ainda, em vez de se respeitar a avaliação objetiva do desempenho, tomaram-se decisões marcadas por arbitrariedade, compadrio e favoritismo. Docentes com provas dadas, com trajetos profissionais sólidos, viram-se ultrapassados por colegas com menor currículo, muitas vezes beneficiando da proximidade com as estruturas de decisão.

E as injustiças não se ficam por aqui. No IPVC, atividades como a orientação de teses, estágios ou tutorias Erasmus continuam a não contar para a distribuição do serviço docente. É trabalho real, exigente, essencial, mas invisível. O mesmo se passa com o trabalho noturno e ao fim de semana — não é remunerado, não é contabilizado. E o período noturno, pasme-se, só é considerado a partir das 22h, contrariando o próprio estatuto da carreira.

Temos colegas doutorados e especialistas a serem contratados como assistentes de 1.º triénio, substituindo professores adjuntos ou até professores coordenadores. E, talvez mais grave, continua a ser recorrente o uso abusivo de professores convidados — docentes que respondem a necessidades permanentes, ano após ano, mas que permanecem em regime precário, com salários inferiores e sem quaisquer direitos de progressão. Também os professores adjuntos continuam a assumir responsabilidades que, legalmente, caberiam a professores coordenadores. Coordenam cursos, lideram projetos, integram órgãos, mas sem o devido reconhecimento nem acesso à progressão. [...] Por isso, é essencial continuar, e reforçar, esta luta.

Pedro Carvalho (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Ação Sindical no Ensino Superior e Investigação

Em primeiro lugar, uma chamada de atenção para os desafios que se colocam à ação sindical no ensino superior e investigação. Na raiz do estado atual do sistema, está o financiamento (ou melhor, o crónico subfinanciamento) que, em Portugal, está bastante abaixo da média dos países europeus. Para atingirmos esse valor médio seriam necessários cerca de 1600 milhões de euros, ou seja, multiplicar por 1,5 o orçamento atual!

A questão da Inteligência Artificial e o crescente interesse no seu uso em educação merece uma reflexão. O impacto a médio e longo prazo nos professores, pessoal e estudantes ainda tem de ser observado e o seu benefício ainda tem de ser provado, atendendo a que há ainda pouca evidência do uso destas tecnologias na educação. Como assegurar que o uso da tecnologia respeita os valores éticos que sustentam as sociedades democráticas? Em última análise, perante uma tecnologia com tanto potencial, quem define e defende o interesse público que assegure o bem-estar das sociedades?

Por último, uma reflexão sobre a ação sindical. Defendo um sindicalismo independente e autónomo, que não seja determinado por interesses partidários e que tenha como fim último a defesa dos professores. Os sindicatos integram pessoas de diferentes visões, mas a discussão interna deve, justamente, realçar a pluralidade e combater visões instrumentais da sua ação.

Afirmar o sindicalismo passa justamente por combater essa visão instrumental que só afastará os professores e os tornará recetivos a outras visões sindicais e nada melhor que um congresso para refletir sobre os problemas que enfrentam os sindicatos.

Como chamar os professores para a ação sindical e, assim, renovar os quadros dos sindicatos?

Como mostrar que o sindicalismo é hoje, tanto quanto no passado, fundamental à cidadania e à democracia?

O sindicato tem de ser um coletivo, um coletivo que se constrói pela luta, pela defesa dos direitos dos professores, pelo pensamento coletivo sobre a profissão. Ou seja, é preciso fazer viver esse coletivo!

Para tal, é necessário perceber o que podemos fazer para afirmar um sindicalismo composto de visões diversas e livre do controlo partidário, para que, internamente, seja mais participado e mais democrático!

Pedro Oliveira (*)

(Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

Professores/as: identidade de classe e reivindicações básicas

A identidade coletiva dos/as professores/as deve ser entendidas a partir da sua condição social objetiva como trabalhadores/as qualificados/as assalariados/as e não como membros de classe média ou da pequena burguesia. Por parte de ideólogos e governos, é proclamada a retórica da importância da educação numa sociedade democrática, alegadamente assente na igualdade de oportunidades e propícia à mobilidade social ascendente. Porém, tal não adere à realidade social, a qual evidencia que, não obstante os avanços de democratização educativa proporcionados pelo 25 de Abril de 1974, a sociedade continua fortemente desigual por classes de origem e pertença nos vários níveis educativos.

Relativamente ao Programa de Ação, cabe-me fazer uma proposta de alteração e umas quantas anotações. Quanto à proposta, a expressão na página JF17 e linha 64 “A resistência durante a negra noite fascista” deve ser substituída por “A resistência durante a terrífica noite fascista”, dado que a noite fascista foi terrífica mas não deve ser adjetivada como negra. Sobre a educação de infância, importa reivindicar a sua universalização em termos públicos e gratuitos, não como gasto, mas como investimento que, além de contrariar iniciais desvantagens das classes desprovidas, liberta as mulheres-mães para suas carreiras profissionais.

Na era dum neoliberalismo avassalador, os processos intensivos de individualização e atomização dos atores sociais e respetiva competição entre escolas expressa nos famigerados *rankings* conduzem, também por via da manipulação dos *media* e das redes digitais, a uma crescente influência da ideologia meritocrática sobre os/as cidadãos/ãs, nomeadamente sobre adolescentes e jovens. Neste quadro, importaria introduzir uma disciplina transversal no ensino secundário em torno das correntes no pensamento, nomeadamente no campo das ciências sociais, a saber, sociologia, antropologia e ciência política, sugerindo-se a designação de Sociedade, Cultura e Política. No quadro de uma educação plural e crítica, importa também, a nível da maior organização de reflexão e ação coletiva que é a Fenprof e seus vários sindicatos, que haja a abertura e o diálogo entre as várias tendências e sensibilidades para que, no respeito pela diversidade, se alcancem os objetivos da Fenprof.

Manuel Carlos Silva

(Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Sobre tempo de serviço e Ensino Artístico Especializado (EAE)

Há pouco mais de um ano, a luta dos professores tornou quase consensual a necessidade de recuperar o tempo de serviço. Mas, vejam bem, apesar disso, muitos não recuperaram um único dia. Falo-vos dos colegas contratados e dos que abandonaram a profissão, e são tantos milhares! Precisamos, para recuperar professores e porque o Ministério da Educação tem de cumprir a Diretiva europeia 1999/70/CE:

- que se aplique aos contratados, enquanto contratados, a recuperação de cada um dos dias trabalhados em períodos de congelamento;
- de acabar com a limitação salarial ao índice 205.

É nossa obrigação continuar a pugnar por que quem lá vem tenha as devidas qualificações. Mas no EAE, onde a maioria dos professores são do Ensino Particular e Cooperativo, os colegas que deram ou que dão ainda aulas sem habilitação profissional não conseguem ver certificado pelos serviços do Ministério o tempo que as escolas declaram que cumpriram. Entre dois colegas com a mesma habilitação e experiência, podemos encontrar esta inaceitável discriminação:

- um que tem o tempo de serviço contado, se lhe calhou a sorte de o cumprir em alguma das pouquíssimas Escolas Públicas do EAE;
- outro que vê esse tempo completamente apagado pelo Ministério.

A luta conquistou um regime de seleção e recrutamento dos professores do EAE que diminuiu de forma significativa a precariedade, e se houver uma praça de gente madura, serão criados os Grupos de Recrutamento que faltam.

Atualmente, as escolas, cada uma delas, definem o que conta, como se conta e quanto se conta nas classificações com que os candidatos são ordenados. Pode um ano de experiência valer numa escola metade ou mesmo dez vezes menos que noutras? Sim, pode. Pode uma formação creditada de 25 horas ter maior valoração que 25 anos de serviço? Sim, pode. Porque é indigna a arbitrariedade atual nas classificações dos candidatos, e porque anda alguém pela noite de breu à procura, será de novo a luta que valerá, e exigiremos que os critérios objetivos de seleção sejam objetiva e comumente aplicados por todas as escolas. Vejam bem, vamos às lutas, pela Educação e pelo EAE!

Ricardo Cerqueira (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

A importância das expressões artísticas na formação dos jovens

Há 51 anos a Poesia saiu à rua! E com ela a Música, a Dança, a Pintura e todas as outras artes, *per si* ou em conjunto. Porém, a importância das expressões artísticas na formação global dos jovens não parece, ainda, ter vingado na Escola Pública portuguesa. As expressões artísticas não são consideradas de pleno direito nos currículos, apesar de haver estudos que nos dizem que os próprios alunos têm uma perceção positiva da importância dessas disciplinas para a sua formação integral.

A escola, atualmente, põe muita ênfase nas disciplinas ditas académicas. [...] Continua a acreditar-se que as Artes pertencem ao campo da intuição e só servem, nos currículos, para facilitar as aprendizagens noutras disciplinas, ditas nobres. Têm, assim, um estatuto de auxiliares, de disciplinas menores e acabam muitas vezes por ser encaradas só de forma individualizada, com tendência para a especialização; e não é disso que aqui se trata. Isso é outro assunto. Outra luta.

[...] As artes não podem ser, na Escola pública, só para alguns mais dotados, que poderão seguir os seus percursos individuais, mas sim para todos. Sabemos bem como para Piaget a Inteligência provém de uma efetiva ação de transformação dos objetos e do real. No princípio do século XX, Vigotsky diz-nos que o ato artístico tem como condição o conhecimento racional, a compreensão, a associação, entre outros. Por outro lado, já Gardner, com o conceito das inteligências múltiplas, há cerca de 40 anos, nos dizia que todos os seres humanos têm aptidão para uma expressão artística.

A preocupação principal desta intervenção é o conhecimento artístico a que todos temos direito, também, na Escola Pública. Ao contrário da maior parte dos países da Europa, não temos públicos com capacidade crítica para a ópera, para o ballet, para concertos de música clássica ou mesmo para outros tipos de música. Não temos teatro nas escolas públicas portuguesas. Há que criar urgentemente o respetivo grupo de docência.

Numa futura reforma curricular, há que fazer emergir um espaço e um tempo de qualidade para as expressões artísticas na Escola Pública! Os sindicatos estarão ao lado da cultura em Portugal e da formação integral de todos os cidadãos!

Rafael Tormenta (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Os cursos profissionais nas ES não profissionais

O [...] SPN tem produzido reflexão sobre o impacto dos cursos de dupla certificação na universalidade do acesso e do sucesso educativos e na valorização da profissão docente. [...]

1. Rejeitamos a dupla tutela destes cursos – várias equipas ministeriais vêm acrescentando novos propósitos e qualidades à Escola Pública que, pela sua controvérsia no âmbito do consagrado constitucional educativo, os remetem para tutelas externas (IAVE, I.P., ANQEP, I.P.). [...]

2. Não nos opomos ao financiamento externo dos cursos profissionais – [...] mas, para que a Educação em Portugal seja constitucionalmente soberana, importa que a maior parcela do financiamento provenha do Orçamento do Estado e que este reserve 6% do PIB para a Educação.

3. O Ensino Profissional não pode ser associado aos cursos profissionais [...] nas escolas secundárias não profissionais da rede pública – [...] os cursos profissionais partilham o mesmo Ensino Secundário com os cursos científico humanísticos. [...] Defendemos uma escola para todos e não uma escola para uns e [outra] para outros.

4. [...] Rejeitamos a titularidade de turmas/disciplinas por não docentes – [...] exigimos que as funções docentes sejam exclusivas daqueles a quem o ECD é aplicável, na exata aceção consagrada no art.º 2.º do ECD.

5. Reivindicamos a criação de grupos de recrutamento para todas as áreas de lecionação – o recrutamento de pessoal para funções docentes deve cingir-se a uma via única: o grupo de recrutamento e o concurso nacional. [...] As disciplinas técnicas e específicas dos cursos de dupla certificação devem estar associadas a grupos de recrutamento já existentes, ou a criar no âmbito da formação inicial de professores...

6. Defendemos a regularização dos vínculos precários dos técnicos especializados – [...] enquanto opositores nos concursos de acesso à carreira docente, devem beneficiar do tempo de serviço prestado como técnicos especializados.

7. Admitimos um quadro de técnicos especializados, mas sem funções docentes – a este quadro, caberia o apoio técnico ao funcionamento dos cursos e à gestão dos equipamentos. [...]

[...] Os cursos de dupla certificação não podem funcionar à revelia da organização do horário de trabalho consagrada no ECD, [...] os abusos permanecerão enquanto não forem abraçados os preceitos anteriormente apresentados, pelo que importa discuti-los nas escolas.

Paulo Duarte

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

As desigualdades dos cursos profissionais e a criação dos CTE

No ensino profissional (EP), o tempo de serviço raramente reflete o trabalho real dos docentes. Muitas vezes, a carga horária semanal não permite, logo no início do ano letivo, o cumprimento da carga horária anual. Para além das aulas, há FCT (que decorre fora dos períodos letivos) e a orientação das Provas de Aptidão Profissional (PAP). Tarefas administrativas e documentação consomem tempo e energia, afastando-nos do que realmente importa – o acompanhamento dos alunos.

[...] O que mais me preocupa atualmente é a criação dos Centros Tecnológicos Especializados (CTE), financiado pelo PRR, que visa modernizar infraestruturas, os recursos tecnológicos e trazer às escolas o Estado da Arte. Mas nem todas as escolas têm CTE, [o que] vai trazer, ou já está a trazer, novas pressões e desigualdades na gestão da rede escolar. E, necessariamente, se aumentar a atratividade para as escolas equipadas com CTE, parece-me que terá de diminuir a atratividade das restantes.

Os CTE criam também um desafio novo às escolas, [pois] são equipados com o Estado da Arte. A sua utilização em contexto de sala de aula terá de ser acompanhada de formação específica, eu diria mesmo, muito específica. E arrisco a adivinhar que serão feitas, como o foram há 20 anos, à custa de trabalho autónomo, investimento pessoal e muitas vezes, investimento financeiro dos próprios docentes. [...]

Quais são então as nossas lutas?

Garantir que a modernização do EP seja feita com critérios de equidade, garantindo que todas as escolas, com ou sem CTE, tenham acesso a recursos, formação e oportunidades; valorizar o trabalho dos docentes do EP, reconhecendo as especificidades do seu serviço e compensando de forma justa o esforço exigido, adequando o serviço docente à carga horária anual e compensando devidamente o acompanhamento da FCT e das PAP; promover uma verdadeira coesão territorial, para que nenhum aluno ou professor fique para trás, independentemente do local onde trabalha ou estuda; reduzir e simplificar a burocracia, focando no que é realmente essencial para o sucesso dos alunos e a dignidade do trabalho docente.

A César o que é de César! Aos professores o que é dos professores.

Sandra Lemos Machado

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



IPSS e Misericórdias

A Educação de qualidade começa desde a infância. Mas só se concretiza com profissionais respeitados, valorizados e tratados com dignidade — independentemente do setor onde trabalham. No entanto, no setor social, com educadores e professores das IPSS e Misericórdias, o que encontramos é precisamente o contrário: desvalorização crónica, exploração e indiferença institucional.

[...] Há reivindicações que não podem continuar a ser empurradas para o fundo da gaveta. Desde logo, a contagem integral do tempo de serviço prestado em Creche para efeitos de progressão na carreira — um direito sonogado há 19 anos. [...] Em 2023, o governo reconheceu esse tempo de serviço para efeitos de graduação nos concursos públicos. Então, por que razão a CNIS e a União das Misericórdias (UMP) continuam a negar esse reconhecimento? O que é que separa o educador em Jardim-de-Infância do educador em Creche? A função é a mesma. O trabalho é o mesmo. A qualificação é a mesma. A carreira é a mesma. A CNIS admite que a carreira é a mesma, mas, no mesmo fôlego, considera que o reconhecimento do governo não os vincula a nada. [...] Mas a injustiça não se esgota na progressão. A carga horária também é desigual. No público, 25 horas semanais com crianças, no privado, 30 horas. Cinco horas semanais a mais. Ao fim de um ano, mais um mês de trabalho direto com crianças.

[...] Em março de 2025, o governo da AD aprovou contratos de associação com o setor privado para abrir mais 200 salas de pré-escolar. Em nome de quê? Precarização, sobretrabalho, ausência de direitos. Não admira que os docentes do privado fujam para o público assim que podem. [...] Por isso, no próximo mandato da Fenprof, será prioritário: o imediato desbloqueamento da carreira dos educadores em Creche; a transferência da tutela das Creches para o Ministério da Educação; a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; a criação de um Estatuto do Educador e Professor do Ensino Particular e Cooperativo; a redução da componente letiva de acordo com a idade e o tempo de serviço; a garantia de direitos fundamentais transversais ao setor privado; a revogação da caducidade da Contratação Coletiva, para que a negociação seja um avanço, e não um retrocesso. [...] Uma só profissão, os mesmos direitos. Esta é a nossa bandeira e não será arriada.

Cláudio Moreira (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

Mais Escola Menos Empresa!

A educação deveria ser um espaço de excelência, assegurado por profissionais valorizados e integrados num sistema coeso. No ensino particular e cooperativo (EPC), a realidade está longe disso: enfrentamos lacunas estruturais que comprometem a estabilidade profissional e a qualidade do ensino.

No EPC, não temos a totalidade do tempo de serviço certificado (...); não temos redução da componente letiva por idade e tempo de serviço; não temos critérios claros nos Contratos de Patrocínio (...); não temos uma rede nacional do Ensino Artístico Especializado (...); não temos formação certificada; não temos avaliação do desempenho justa (...); não temos regulamentação para docentes em várias escolas (...); não temos critérios transparentes de acesso ao ensino articulado, nem publicação de vagas por instrumento (...); não temos fiscalização do uso dos financiamentos públicos.

Mas temos um problema de subfinanciamento; financiamento dependente de resultados escolares e número de alunos por turma (...); intimidações, ataques pessoais e vexames públicos; professores com processos disciplinares por reivindicarem direitos; discriminação na atribuição de serviços letivos e não letivos; docentes que trabalham 2 anos para certificar 1 de serviço; vagas por disciplina definidas pelas direções (...); contratos ilegais, falsos recibos verdes; professores em regime de cedência com regras do setor privado e sem perspectiva de vinculação; redução de horários a professores mais velhos para extinguir postos de trabalho; aulas não declaradas; deslocações entre polos não remunerados; somos discriminados face ao ensino público com metade da carga horária, mas iguais exigências; professores a lecionar sem grupo de recrutamento (...); horários divididos por até 4 escolas, com o quádruplo de reuniões e atividades; horários semanais com mais de 25 ou até 29 tempos letivos; associações que recusam apresentar contas; direções ausentes a receber salários integrais; direções que ignoram a ACT.

[...] A Fenprof assinou um novo Contrato Coletivo com a CNEF, incluindo o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional. Um passo importante, mas apenas o início da luta. Precisamos de mais escola e menos empresa. A mesma profissão, os mesmos direitos, deveres e condições de trabalho.

Isabel Lopes (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Sobre o Centro de Formação do SPN

Falo-vos na dupla condição de espectador e de ator: de espectador de um filme que a todos nos deve fazer pensar sobre o carácter solidário de um sindicato; de ator membro de uma direcção de um centro de formação. Dou a palavra ao primeiro heterónimo. Esta semana acompanhei um grupo de alunos do 10.º ano a uma sala de cinema, para ver o filme do Ken Loach, «The Pub The Old Oak». A ação decorre numa vila outrora de mineiros, perto de Durham, e o tempo é o que imediatamente antecede a queda do regime de Assad. Um conjunto de refugiados sírios chega e a xenofobia de uns quantos locais espera-os. [...] Entre as associações que se aproximam para “dar uma mão”, [...] está um sindicato de bombeiros que, quando chega com o seu contributo, seguem-se-lhe os seguintes comentários: “Os cabrões dos sindicatos deviam meter-se nas suas vidas. Têm tempo a mais. Esta porra quase parece o Canal do Panamá!”. Nada de novo, para nós que estamos nesta sala. Tal como não é nada de novo que, ainda assim, este lado, o nosso lado, seja “o lado certo da História”. Confirma-o o final do filme – e desculpem-me o spoiler. [...] Passo para o outro heterónimo: o ator de uma direcção de um centro de formação. Que ano, camaradas! Que ano! As necessidades de formação quadruplicaram [...], os centros de formação estarão a trabalhar, até 2027, ao dobro da velocidade [...]. No CF/ SPN, além da oferta formativa, mais ou menos habitual, está a decorrer um Ciclo de Debates, acreditado pelo CCPFC, sobre os 50 anos do 25 de Abril, aos sábados de manhã, que além de ter cerca de três centenas de inscritos, conta com a presença de vários oradores bons conhecedores da revolução. [...] Um magnífico menu numa cozinha que teve como chef a nossa Cristina Nogueira, que já está com ideias para algo mais... Não posso desvendar! [...] Juntam-se, agora, o espectador e o ator. Um olhar e uma ação sobre o mundo. Sintetizadas nas palavras de Yara, uma refugiada síria, personagem do filme, que tinha um enormíssimo gosto pela fotografia – e a quem os locais xenófobos destruíram a máquina fotográfica, depois consertada pelo proprietário do bar: “A [minha] máquina fotográfica salvou-me a vida. Porque vi muita coisa que desejava não ter visto (...). Mas quando olho através da máquina, escolho ver esperança e força”.

Nuno Fadigas

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



A intervenção da Fenprof a nível jurídico e de contencioso

Eu venho falar da intervenção da Fenprof a nível jurídico e de contencioso, mas, não nos iludamos, obviamente, o principal foco da intervenção da Federação é no plano político, por via da ação reivindicativa, da negociação, como também da mobilização e do protesto, sob diferentes formas, seja para exigir negociações sérias com o governo, seja para dar visibilidade aos problemas e, sobretudo, às soluções propostas.

[...] Contudo, tantas e tantas vezes, o combate sindical tem mesmo de se fazer também pela via jurídica ou contenciosa. [...] Aproveito para saudar todos os advogados que trabalham nos vários Sindicatos da Fenprof, alguns deles presentes neste Congresso, e, na pessoa da Dr.ª Fátima Anjos, estender essa saudação a todos os que, ao longo de décadas, “vestem/vestiram a camisola” dos seus Sindicatos e da Federação. Quanto à ação jurídica, os exemplos poderiam ser muitos, mas dou aqui nota [resumidamente] de algumas das situações que poderemos considerar mais emblemáticas dessa luta contra a injustiça ou a ilegalidade, pela intervenção jurídica e nos tribunais, mas também através de apresentação de queixas junto da PGR ou do PdJ, a saber: ultrapassagens na carreira; reingresso na CGA; caducidade do contrato; descontos excessivos ou mesmo indevidos por greve ao sobretrabalho e outras e serviços mínimos ilegais; erros na progressão na carreira; pagamento [indevido] de horas extraordinárias; agressões e injúrias a docentes; despedimentos ilícitos (EPC, EAE, IPSS, misericórdias); não aplicação, ou aplicação errada, dos contratos coletivos de trabalho; processos disciplinares; contestação de concursos, processos de ADD, e outros; abuso de contratos precários ou de recibos verdes indevidos; proteção na doença; queixas de assédio laboral.

E o balanço entre ações ganhas e perdas é francamente favorável [...]. A Fenprof tem sido, e continuará a ser, incansável na defesa dos direitos dos docentes e investigadores, unindo a batalha jurídica com a mobilização coletiva. Se os tribunais são também um espaço para corrigir ilegalidades, não deixa, contudo, de ser nas ruas e nas negociações que se conquistam políticas justas e se consolidam e fortalecem direitos. A Educação e a investigação não são despesas, são investimentos no futuro [...].

José Manuel Costa

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Sobre os Grupos de Estudo (GEPDES)

Uma saudação para todos os que continuam a desempenhar tarefas no movimento sindical unitário, e que continuam a luta por uma sociedade que sonhamos em Abril de 74. Passaram-se 51 anos, mas o Dever de Memória permanece. Como alguém disse e escreveu, evocar os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES) é um Dever de Memória da Escola Pública e do Sistema de Ensino nascido com Abril.

Não é possível pensar o movimento sindical dos professores, sem o ver como herdeiro dos GEPDES. Inicialmente designados por Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios. Eram cerca de 80% dos professores portugueses que a instabilidade vivida e o facto de só receberem 9 meses por ano levou-os a realizar uma reunião na Escola Preparatória Francisco Arruda (Lisboa), no dia 27 de Maio de 1970 e a criar o que, a partir do dia 24 de Novembro de 1971, se designou GEPDES, embrião do que viriam a ser os sindicatos dos professores, reunindo pela última vez no dia 28 de Abril de 1974, na Figueira da Foz.

É longa a história do sindicalismo docente. Tal como fez Dewey, vale a pena perguntar: “qual seria hoje a condição dos trabalhadores e das trabalhadoras, se não houvesse sindicatos? Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia”.

[...] Vivemos tempos de incertezas. A guerra, que nos afeta diretamente, absorve cada vez mais recursos que poderiam servir para melhorar as condições de vida. Já se fala em investir na indústria da guerra parte das nossas pensões. Quando não se dão respostas às aspirações dos trabalhadores, criam-se as condições para o surgimento dos populismos e do fascismo. Muitos dos direitos alcançados, estão postos em causa. Os aposentados têm um importante papel a desempenhar. Foi também com a nossa luta que esses direitos foram conquistados, não podemos permitir que se percam em nome dos novos tempos.

A nossa experiência e saber não podem ser desperdiçados, somos mais de 2,5 milhões com mais de 65 anos, diria que podemos determinar o futuro do país. Mas precisamos de estar organizados. Somos uma força a ter em conta! Foi grande o contributo para a construção do Estado Social. Um bem que não podemos perder. Queremos um País que continue de Abril. A Fenprof pode contar connosco!

Henrique Borges (*)

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

Indisciplina e violência em meio escolar

Como lembra o programa de ação, “a escola reflete diretamente, na sua extensão e conteúdo, a estruturação social do lugar e do tempo”. Vivemos num lugar e num tempo em que a violência e a indisciplina são fenómenos sociais quotidianos e com expressão em meio escolar, independentemente de a origem ser interior ou exterior à Escola. Estamos perante um problema que não é exclusivamente escolar: é um problema social. [...] Quem não se lembra da publicação do salvífico Estatuto do Aluno e da Ética Escolar (2012), que Paulo Portas anunciava como a Lei que devolveria a autoridade aos professores. Espremidinho, espremidinho, o dito-cujo estatuto apenas introduziu uma enorme carga de trabalhos, deslocando a coisa do pedagógico para o jurídico e acrescentando burocracia à burocracia existente.

Aos flagelos sociais (conhecidos), podemos, hoje, acrescentar o discurso de ódio que o ascenso da extrema-direita trouxe ao debate público. [...] Este governo do PSD/CDS ficou-se pelo foco nos procedimentos da punição da violência, nos casos de agressão a professores e demais profissionais da Educação. Sendo positivo considerar crime público a agressão a professores no exercício das suas funções, a isenção de custas judiciais e até o agravamento da moldura penal [...], continua por garantir a devida proteção à vítima de uma agressão. [...] Faz falta uma abordagem sistémica que não ignore as manifestações de violência e indisciplina em meio escolar, mas que procure sobretudo preveni-las, colocando o foco a montante e não a jusante do problema.

A esse propósito, relembro algumas das medidas propostas pela Fenprof (2019) – atribuição às escolas de recursos humanos, financeiros e materiais; condições para o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva; reforço da autonomia das escolas, através do desenvolvimento de um modelo de direção e gestão democrático; redução do número de alunos por turma e uma relação mais favorável alunos/professor; garantia de apoio jurídico aos profissionais de educação vítimas de violência física e verbal; criação de condições de acompanhamento e de mediação entre a escola e a família; fixação de regras de corresponsabilização das famílias, dos professores e dos alunos relativamente à convivência, frequência e sucesso escolares e educativos dos alunos.

Francisco Gonçalves

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



Uma Fenprof ainda mais forte — o exemplo do SPN

Ser sindicalista é um ato de resistência e de coragem. Os sindicatos têm vindo a ser desvalorizados, visando atacar os direitos dos trabalhadores, e este ataque aos sindicatos é normalizado por parte dos que os devem defender, fruto do crescente individualismo que se sobrepõe aos interesses coletivos, e da competição, preferida à cooperação.

A força dos nossos sindicatos depende da sua representatividade e solidez, resultado da sua construção pelos e com os professores. O objetivo de aumentar a sindicalização é dificultado pela propagação de organizações que não substituem os sindicatos na sua natureza de organização e representação da classe, dispersando o foco e a força dos professores; pela visão que reduz os sindicatos a prestadores de serviços; pela alheamento dos professores das estruturas que os representam. Só a presença dos sindicatos nas escolas aumentará a sindicalização, o ativismo e a militância sindicais.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) abarca uma área com perto de 280 Agrupamentos de Escolas, e tem 150 delegados sindicais, 99 dos quais eleitos este ano letivo. Destes, 4 são do Ensino Particular e Cooperativo e 2 do Ensino Superior, setor há anos sem delegados sindicais. Estes delegados sindicais advêm da nossa presença contínua nas escolas, a atualizar painéis sindicais, a falar com professores, a realizar plenários sindicais, etc.

Para os nossos sindicatos crescerem, é essencial rejuvenescer, renovar e formar quadros sindicais. Assim, simbolicamente, o porta-estandarte do SPN no 15.º Congresso Nacional dos Professores foi o nosso mais jovem delegado, com 26 anos. Os atuais Corpos Gerentes incluem várias gerações, da mais jovem, com 27 anos, a fundadores do SPN, e até dos Grupos de Estudo. Porém, visando a renovação, decidimos que as funções executivas seriam essencialmente atribuídas a professores no ativo, como é o meu caso, dirigente sindical pela primeira vez há menos de um ano, a assumir funções executivas na área da Organização e Finanças do SPN.

O Programa de Ação aprovado no 15.º Congresso Nacional dos Professores é exigente, mas resultará numa Fenprof mais forte, participativa e com maior capacidade de intervenção na defesa da escola pública universal e de qualidade e na valorização dos professores.

Susana Nogueira

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)

Movimento Sindical Unitário

Nas nossas escolas e instituições, há assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados, psicólogos, terapeutas, intérpretes, animadores... todos fundamentais para o funcionamento das escolas e para o bem-estar dos alunos. Também nas nossas sedes e delegações sindicais — e aqui neste congresso —, são muitos os trabalhadores não docentes que, todos os dias, contribuem para uma luta consequente por melhores condições de trabalho e de vida.

Não temos todos as mesmas funções e, por isso, as nossas organizações representativas são diferentes. No entanto, temos muitas reivindicações comuns, o que torna imperioso que alarguemos a unidade e a ação convergentes, já que a existência de um forte movimento sindical, unido e organizado, é o maior obstáculo à concretização de projetos neoliberais.

É nos sindicatos, nas uniões de sindicatos, nas federações, e na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, a grande e nossa CGTP-IN, que temos de desenvolver um sindicalismo de intervenção e transformação, com a participação dos trabalhadores, na luta pela sua emancipação e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploração do homem pelo homem.

Marta Cruz

(Texto editado. Ler intervenção na íntegra ou código QR pág. 14)



grande-angular

fotos: HB

A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O século XX, a Era dos Extremos, o breve século 1914-1991, como lhe chamou Eric Hobsbawn, incorporou funções sociais no Estado, em particular a Segurança Social, a Saúde e a Educação. O Estado passou a ser designado, por uns, como Estado Social, por outros, como Estado com Funções Sociais.

A generalização do acesso às funções sociais a toda a população permitiu a melhoria das condições de vida de milhões de seres humanos e representa um salto civilizacional muito significativo. Os serviços sociais passaram a movimentar milhares de milhões de euros — o que despertou a cobiça de grandes interesses económicos. Os Estados, por seu turno, foram privatizando partes consideráveis dos serviços, que se transformaram em áreas de negócio.

Na Segurança Social, assiste-se ao olhar concupiscente do setor dos seguros sobre os cerca de quarenta mil milhões de euros do fundo de estabilização financeira e ao interesse na gestão das partes mais significativas do sistema público de pensões, tentando substituir um regime universal e solidário por uma área de negócio. Na Saúde, cerca de metade do orçamento já se destina ao pagamento de serviços a entidades privadas para consultas, medicamentos, exames de diagnóstico, intervenções cirúrgicas; avançam as parcerias público-privadas em diversos hospitais do país e as novas Unidades Locais de Saúde (tipo 3) privadas com financiamento público, através de contratos por objetivos.

Na Educação, os governos de Costa e Montenegro privilegiaram o chamado setor social, através da contractualização de creches e salas de educação pré-escolar, fazendo crescer, assim, o financiamento público de privados. E isto não vai ficar por aqui! Os *rankings* das escolas são instrumentos essenciais no sentido da celebração de contratos por objetivos. Veja-se o exemplo do “*ranking* da superação”, com a introdução do conceito de resultado esperado, através da consideração de algumas variáveis do contexto socioeconómico das escolas. Com este instrumento e com a introdução das provas ModA nos 4.º e 6.º anos escolaridade, torna-se possível estabelecer resultados esperados para todas as escolas e para todos os finais de ciclo de ensino.



Ora, com a alteração do normativo da gestão e administração escolar, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, à semelhança do que acontece na Saúde com as ULS, passarão a existir: i) agrupamentos de escolas públicos (os dos contextos complicados que servem de almofada social); ii) agrupamentos de escolas públicos com contratos por objetivos (em função dos resultados esperados em exame); iii) escolas privadas com financiamento público por objetivos (em função dos resultados esperados em exame). Finalmente, a cereja no topo do bolo será o financiamento da família, para que esta possa comprar o serviço educativo que quiser, leia-se, que conseguir.

A questão é simples: se foi a criação dos serviços públicos que possibilitou a universalidade dos direitos, não será por certo a sua privatização que vai corrigir as insuficiências existentes. O regresso à solução anterior corresponderia a um retrocesso civilizacional com forte probabilidade de nos aproximar da sociedade de privilegiados e pobrezinhos de outros tempos, a que, 51 anos depois, não queremos regressar.

FG

DESCREDIBILIZAR A ESCOLA PÚBLICA PARA LEGITIMAR A PRECARIEDADE NO PRIVADO

As declarações de Rodrigo Queiroz e Melo (RQM), Diretor Executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), à Rádio Observador (13/fev) e ao jornal Público (8/mai) são reveladoras da visão utilitarista, mercantilizadora e profundamente desrespeitosa com que encara a profissão docente. A sua retórica assenta numa premissa falaciosa: os problemas da educação resolvem-se com “flexibilidade de emprego” — leia-se mais precariedade, menos formação e via escancarada para o despedimento.



RQM defende uma conceção hierárquica e autoritária do trabalho docente, em que a autonomia pedagógica é substituída por subserviência institucional. Esta lógica, contrária a qualquer visão humanista ou democrática da educação, reduz o professor a um mero executante descartável, retido na “possibilidade de escolher os professores e de mandar embora os que não servem” — ou de aumentar 20% ao salário se houver superação dos alunos —, como afirma sem pudor. O que ali se defende é um modelo de mercado puro, onde a pedagogia é subordinada à lógica do lucro e da performance. Onde os direitos laborais são eliminados e o mérito é medido com base em métricas de desempenho de análise duvidosa, onde os *rankings* escolares são protagonistas. É a habilidade das escolas privadas escolherem professores como quem escolhe laranjas na frutaria.

Tão grave quanto isso, é a apologia do desmantelamento da formação inicial de professores, quando propõe contratar licenciados sem qualquer preparação didática ou pedagógica para lecionar. RQM defende-o abertamente, ignorando décadas de investigação científica sobre a importância da profissionalização docente. Ao acusar o sistema de colocação de professores no público de ser um sistema onde pode “lá ir parar qualquer um”, insulta milhares de professores avaliados, qualificados, que estudaram nas mesmas universidades dos

colegas do privado. Está, no fundo, a passar um atestado de incompetência a toda uma classe. Está a procurar descredibilizar o ensino público para legitimar a precariedade no privado. A dignidade da profissão docente não é negociável. A escola não é uma empresa, os professores não são peças substituíveis e os alunos não são meros produtos de um “negócio florescente”.

Também as suas comparações com o setor público, onde afirma que no privado os professores não têm de cumprir horários prolongados, têm os fins de semana livres e um ambiente de trabalho estimulante, revelam uma total inversão da realidade. São um insulto a quem vive diariamente a precariedade, a exploração, os abusos de poder e o assédio por parte das entidades patronais.

Quando QRM afirma que “há 50 anos que temos um Ministério dos Professores e das Escolas” e que “não há nenhum ministro dos Alunos”, está a tentar, com habilidade retórica, criar uma dicotomia artificial entre professores e alunos, como se fossem interesses opostos. Ora, o Ministério da Educação é — e sempre foi — de toda a comunidade escolar. Desvalorizar os professores é desvalorizar os alunos e a Escola como um todo. A educação não é uma mercadoria, é um direito constitucional.

CM

CONTINUAR SINDICALIZADO É DIGNIFICAR OS DOCENTES APOSENTADOS

O Departamento de Professores Aposentados (DPA) do Sindicato dos Professores do Norte tem desenvolvido trabalho regular, continuado e intencional, procurando envolver um maior número de aposentados na defesa de um envelhecimento com direitos e de uma aposentação digna. São múltiplas, e de diferente índole, as iniciativas promovidas pelo departamento, tanto no plano reivindicativo como no artístico ou cultural.



Saiba tudo no site do SPN.

As áreas de intervenção do DPA são abrangentes, começando pela reivindicação do aumento do valor das pensões, de modo a repor o poder de compra dos professores aposentados. Também o reforço urgente e consolidado do Serviço Nacional de Saúde, que implique um plano consequente de investimento e de meios humanos e técnicos, tem estado na mira do departamento. Depois, temos a criação de uma rede pública de cuidadores e de lares; o desenvolvimento do Serviço Nacional de Cuidados Integrados, na sua componente pública; a manutenção da ADSE dentro do setor público, como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública.

Objetivo primordial, o DPA tem procurado estimular a vinculação dos docentes aposentados ao SPN, demonstrando a importância e os benefícios em continuar na condição de associado, porque “ser sindicalizado é dignificar os docentes aposentados e a profissão”. Assim, o combate à dessindicalização faz-se através de uma ação regular e continuada, tanto no plano reivindicativo, como no da criação de momentos de reflexão sobre a escola e o sindicalismo docente, através de visitas culturais, sobretudo destinadas a conhecer o rico património monumental e natural do nosso país. É neste quadro que se enquadra a iniciativa “Em Busca do Património”, que tem levado os professores aposentados a lugares tão variados como Chaves, Viana

do Castelo, Vila Franca de Xira, Lisboa ou Podence. Acreditamos que é do convívio e do estímulo das nossas memórias coletivas, enquanto classe profissional, que se pode ocupar muito do que é a ação do DPA.

As diversas iniciativas relacionadas com as comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, e do período que se lhe seguiu, têm constituído momentos fundamentais de celebração deste legado excecional, que marcou todos os aspetos da vida do povo português e, mais especificamente, a construção da escola pública democrática e inclusiva, assim como a dignificação da profissão docente. Temos-lo feito, através de inúmeras iniciativas, de debate sobre a essência e alcance da Revolução de Abril, de visitas a locais emblemáticos, de entrevistas a docentes, exibição de filmes e publicações várias.

O SPN, que ajudámos a construir, precisa de nós, porque somos gente ativa e experiente, portadores do ideário da escola de Abril. Nós precisamos do SPN, porque é a unidade e a luta que nos defende dos atropelos a que constantemente vamos sendo sujeitos. O DPA vai continuar a desenvolver, empenhadamente a organização dos professores aposentados, no SPN, pelo que aconselhamos a manter-se atento às iniciativas do nosso plano de atividades e, naturalmente, a participar nas iniciativas!

MS

PORQUE A LUTA SE FAZ TODOS OS DIAS NO SUPERIOR

O período que antecedeu a queda do governo foi profícuo em ações cujos resultados se refletem na atualidade. O facto de este governo ter decidido encaminhar a revisão e a atualização do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) para a Assembleia da República (AR), ignorando a devida atenção à concertação, tornou premente a necessidade de diálogo com os grupos parlamentares. Desta forma, e a pedido do DESI/Fenprof, foram encetadas diversas reuniões e foram tomadas posições de pressão sobre estes grupos parlamentares e sobre a Comissão de Educação e Ciência da AR (CEC).

Qual o balanço das políticas deste governo?

Cumpriram-se os receios da Fenprof sobre a desvalorização das políticas concretas para o ensino superior e investigação, devido à opção do governo em criar este superministério. E o resultado está à vista. Este ministro da Educação pautou a sua ação pelo desrespeito pelos sindicatos e pela recusa na concertação de posições. O encaminhamento dos diplomas para a AR foi uma forma de desvalorização dos processos negociais. Dessa forma, pretendeu aproveitar a maioria parlamentar de direita para fazer passar alterações profundas no RJIES e no ECIC, aspeto que se comprova pela forma dos primeiros documentos do governo.

O RJIES, que esteve em discussão e não avançou, não dava resposta a nenhuma das necessidades de mudança. Os sindicatos foram auscultados, mas não fizeram parte da negociação e grande parte das orientações do relatório da comissão independente de avaliação foram desvalorizadas.

O ECIC aprovado resultou da geografia política do parlamento, apesar da luta dos investigadores. Neste documento, manteve-se o rumo de políticas liberais de desvalorização do trabalho e de depauperação de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

Apesar dos paliativos dos programas FCT-tenure, o desinvestimento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) continua. De facto, no OE/2025, a verba para a FCT sofreu um corte de cerca de 70 milhões de euros, baixando de 675 milhões para 607 milhões de euros. É o valor mais baixo desde 2018.



A força da luta!

Foi preciso que os docentes fizessem greve às avaliações, para que a desvalorização das carreiras e a falta de respeito pelos docentes que esperam há muitos anos por progressões tivesse alguma atenção. Em todo o caso, a reação do ministério tardou e só foi tomada por imposição da luta. Os docentes do ensino superior continuaram a enfrentar uma significativa perda de poder de compra, resultado de anos de estagnação salarial e inflação acumulada. É urgente a atualização do índice remuneratório de base (índice 100) das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica, o que não acontece desde 2009.

Nenhuma resposta foi dada relativamente à alteração dos estatutos da carreira docente. O governo pretendia deixar para as calendas a revisão das carreiras. Ficou clara, também, a estratégia do governo em relação ao financiamento das instituições do ensino superior (IES), com a intenção de aumentar as propinas. Os modelos são sobejamente conhecidos e não vão no sentido do reforço da Escola Pública e o ensino universal. Resultado de vários fatores, o setor vive tempos desafiantes do ponto de vista da intervenção sindical.

O SPN tem feito caminho no processo de melhorar a proximidade do Sindicato aos docentes e investigadores, consolidar a rede de contactos nas várias instituições, reforçar o número de delegados sindicais e potenciar a criação de núcleos sindicais. Não se pode baixar os braços! O que se conseguiu foi pela luta!

HM

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



foto: Joana Rodrigues

Desafios Reais, Respostas Necessárias

Prosseguindo a luta em defesa de uma escola inclusiva, a Fenprof promoveu, no dia 21 de março, um encontro nacional sobre educação especial (EE) e educação inclusiva (EI), que reuniu educadores, professores, técnicos e especialistas do setor, que refletiram sobre o quadro legal vigente e as práticas que se vivem nas escolas. No final, foi aprovada, por unanimidade, uma Carta Reivindicativa que foi confirmada no 15.º Congresso Nacional dos Professores.

A luta pela construção de uma escola inclusiva – cujos princípios assentam numa verdadeira igualdade de oportunidades para todos – é dos professores, das escolas, das comunidades educativas, dos sindicatos e das instituições que defendem a inclusão. Nesse sentido, o encontro permitiu a reflexão sobre a diversidade de respostas adequadas às necessidades pedagógicas exigentes e diferenciadas no sistema educativo (desde a intervenção precoce ao ensino superior) e na vida pós-escolar.

Carta Reivindicativa

A Carta Reivindicativa enumera as principais lutas dos docentes da EE, por forma a garantir uma EI efetiva e condições dignas de trabalho, das quais de destacam:

- formação inicial dos professores com conteúdos sobre EI para todos os grupos de recrutamento;
- formação contínua na área da EE/EI considerada na componente científica para todos os grupos de recrutamento;
- a necessidade de as escolas serem dotadas de um quadro de docentes da EE adequado aos alunos com necessidades específicas;

- a exigência de horários e conteúdo funcional de acordo com a legislação em vigor;
- a constituição de turmas reduzidas com alunos com necessidades específicas;
- a adoção de recursos humanos e materiais adequados para a implementação de práticas diferenciadas/inclusivas.

Componente letiva (CL) e componente não letiva de estabelecimento (CNLE)

Dadas as irregularidades sistemáticas no cumprimento dos horários dos professores da EE, destaca-se da Carta Reivindicativa a luta pelo cumprimento da legislação que regula a CL e a CNLE dos docentes da EE. A CNLE não pode continuar a ser utilizada como CL, como se verifica em muitas escolas, que devem respeitar a duração da CL de cada docente, tendo em conta a aplicação da redução do artigo 79.º do ECD, e que são: i) elaboração e acompanhamento de planos individuais de transição; ii) produção de materiais pedagógicos específicos; iii) reuniões de departamento, de articulação com diretores de turma, técnicos especializados e encarregados de educação; iv) reuniões de equipas multidisciplinares de apoio à elaboração de relatórios técnico-pedagógicos.

As intervenções, assim como os testemunhos dos docentes da EE presentes, demonstraram, de forma inequívoca, o seu descontentamento face a esta injustiça, o que leva a Fenprof a exigir da entidade ministerial a clarificação e o cumprimento da lei no que toca à CL e à CNLE, assim como o devido ajustamento dos recursos humanos às necessidades das escolas (professores, técnicos especializados e assistentes operacionais).

OM

REGISTOS DA AÇÃO REIVINDICATIVA

Mobilidade por doença

Decorre até 26 de junho, o período para as diferentes fases da mobilidade por doença: preenchimento e extração do relatório médico – até 16/jun; formalização do pedido (upload do relatório médico e restante documentação instrutória) – até 20/jun; validação do pedido pelos AE/EnA – até 26/jun. A formalização do pedido é efetuada exclusivamente através de formulário eletrónico disponibilizado no SIGRHE, acessível através do portal da Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE).

Publicado o novo ECIC

Para a Fenprof, com a entrada em vigor da Lei n.º 55/2025, de 28 de maio, que aprovou o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) e o Regime Comum das Carreiras Próprias de Investigação Científica em Regime de Direito Privado (RCPIC), começa uma nova fase na luta pela justiça na carreira científica. A respeito deste diploma, a Federação reconhece que introduz avanços importantes, resultado da luta determinada dos investigadores e da ação sindical consequente que a promoveu. No entanto, a entrada em vigor desta nova versão do ECIC não pode ser assinalada sem uma crítica firme às omissões que o comprometem e às condições agravadas que afetam atualmente o Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Esta data marca, por isso, o início de uma nova etapa na luta contra a precariedade e pela dignificação plena da carreira científica.

Precariedade dos docentes convidados – Inquérito

O recurso a docentes convidados com contratos a termo certo tem sido uma prática da maioria das Instituições de Ensino Superior e os números oficiais da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), apesar de bastante opacos, revelam um aumento substancial nos últimos anos. Tentando caracterizar o universo de docentes convidados, por forma a avaliar a dimensão e os impactos da precariedade docente no ensino superior, a Fenprof propõe o preenchimento de um inquérito às condições de precariedade dos docentes convidados, cujo acesso poderá ser efetuado através do sítio do SPN.

Abaixo-assinado/petição sobre EPE e 1.º CEB

Encontra-se, igualmente disponível para subscrição o abaixo-assinado/petição por melhores condições na Educação Pré-escolar (EPE) e no 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB). É mais um passo na luta por melhores condições de trabalho no âmbito da monodocência. O documento reflete uma realidade que afeta milhares de docentes e constitui-se como um grito de alerta. A complexidade e as exigências impostas a estes docentes tornam-se ainda mais desafiadoras num contexto marcado pelo envelhecimento do corpo docente, pela falta de educadores e professores e pela falta de respostas por parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

CGA – O processo jurídico e o problema político

O próximo governo, apoiado no quadro parlamentar que o sustentará, terá de resolver politicamente o problema da manutenção da inscrição na Caixa Geral de Aposentação (CGA) dos trabalhadores da Administração Pública, com vínculo contratual com o Estado antes de 1 de janeiro de 2006, adensado pelo imbróglio jurídico criado pela Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. Independentemente das curvas e contracurvas dos processos em tribunal, a resolução do problema fica garantida no dia em que seja assumido que todos os trabalhadores que, antes de 1 de janeiro de 2006, tinham vínculo com o Estado, têm direito a manter a sua inscrição na CGA. O SPN entende que, em especial, os órgãos e os partidos que na legislatura anterior promoveram, ou permitiram a aprovação, da Lei n.º 45/2024 estão obrigados a uma cuidada reflexão sobre a posição que assumiram ao forçarem uma falsa necessidade de interpretação autêntica de uma lei de 2005, que nunca havia suscitado dúvidas aos tribunais que, sucessivamente, se pronunciaram pela reinscrição dos trabalhadores na CGA.

AAAF/CAF – IGEC dá razão à Fenprof

Em dias de greve, é ilegal o funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), no período em que ocorrem as atividades educativas e letivas. Por isso, a Fenprof saúda a recente decisão da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), que constitui uma vitória inequívoca para os educadores, professores e para o respeito pelo direito à greve. Após várias denúncias e insistência da Fenprof, a IGEC veio finalmente reconhecer, um ano após ser questionada, que, em dias de greve, é ilegal o funcionamento das AAAF/CAF. Assim, em caso de greve, no período em que deveriam ocorrer as atividades educativas e letivas, não pode ter lugar a sua substituição pelas AAAF ou CAF, “a acontecer, tal traduziria uma tentativa de neutralização dos efeitos da greve, consubstanciando uma eventual situação de substituição de grevistas”.

MECI atrasa o pagamento das horas extraordinárias

A Fenprof tinha denunciado a existência de escolas em que o cálculo da hora extraordinária de serviço docente é feito sem respeito pelo disposto nos artigos 83.º n.º 6 e 77.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), ao basear-se nas 35 horas que compõem o horário dos docentes e não nas horas que compõem a sua componente letiva de base, consoante o setor de educação ou ensino. Ora, apesar da situação ocorrer, comprovadamente, em desrespeito pelo legalmente estabelecido, poderá generalizar-se, na sequência do envio pelo IGeFE para as escolas da Nota Informativa n.º 04/IGeFE/2025, de 3 de fevereiro, a qual reafirma que as direções devem manter

a fórmula de cálculo, com inaceitáveis prejuízos para os docentes obrigados à prestação de serviço docente extraordinário. A Fenprof exige, mais uma vez, a resolução urgente desta questão, com a correção do pagamento da prestação de serviço doente extraordinário, assim como com os respetivos retroativos, em linha com as decisões judiciais sobre a matéria.

EPERP — Publicado o Decreto-Lei n.º 78/2025

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 78/2025, de 12 de maio, que procede ao alargamento do âmbito subjetivo de aplicação de garantias aos docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas escolas

portuguesas no estrangeiro e à criação de um prémio de permanência. No processo de negociação, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) procedeu a alterações ao projeto de despacho que define os montantes a abonar no âmbito de apoios, suplementos e compensações devidos aos docentes colocados no ano letivo de 2024/2025. Em síntese, a Fenprof considera que os projetos apresentados pelo MECI melhoram a situação atual, no entanto, não acolhem várias das propostas apresentadas pela Federação. Assim, segundo o parecer enviado à estrutura ministerial, “essas insuficiências impedem o acordo da Fenprof”.

«+Aulas +Sucesso» condenado ao insucesso

Pensado pelo governo para combater a falta de professores, ao plano «+Aulas +Sucesso», tendo em conta os horários disponibilizados para contratação de escola, faltou sucesso. Confirmou-se a falha identificada pela Fenprof aquando do seu lançamento: a ausência da expressão «+Professores» na equação era mesmo relevante. Desconhecem-se, no entanto, os resultados da auditoria encomendada pelo MECI à consultora KPMG, anunciada em novembro de 2024, prevista inicialmente para março, posteriormente adiada para abril, depois para maio e agora com a indicação de que talvez não seja possível conhecer a conclusão. Para a Fenprof, é incompreensível a demora do MECI em divulgar os resultados da auditoria, visto que as escolas e os agrupamentos possuem dados concretos sobre a falta de professores. Parece evidente que o «+Aulas +Sucesso» foi pouco ambicioso e persistem sérias reservas quanto ao resultado da maioria das suas medidas.

1 de junho — Dia Mundial da Criança

No Dia Mundial da Criança, a Fenprof fez sair um comunicado, sublinhando a urgência de “passar das palavras aos atos!”, pois as crianças merecem uma “educação pública gratuita, inclusiva e com qualidade!”. Recusando a “hipocrisia dos discursos oficiais que falam em direitos, enquanto negam o essencial” que é “uma educação pública que garanta a todas as crianças igualdade de oportunidades, dignidade e futuro”, a Fenprof “reclama que se ponha fim a tantas palavras ocas”, exigindo “medidas concretas, já!”. E especifica: creche gratuita na rede pública para todas as crianças; professores para todas as crianças, em todas as escolas; a existência de uma escola verdadeiramente inclusiva, com recursos adequados; condições de trabalho dignas para professores e alunos. E conclui que “quem nega às crianças o acesso pleno à educação pública está a negar-lhes o futuro”.



9.ª Conferência Nacional da CIMH

A Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) vai realizar a 9.ª Conferência Nacional subordinada ao tema “Igualdade no trabalho. Liberdade na Vida. Tempo de Luta. Futuro de Paz. Organizar para Avançar”. O SPN far-se-á representar por uma delegação constituída por Beatriz Bachá, Cláudia Brito, Joana Ornelas, Manuela Silva, Nuno Fadigas e Rosa Pessoa.

RR

À CONVERSA COM JOSÉ PACHECO

No dia 12 de abril, em Penafiel, o SPN promoveu uma ação de formação de curta duração, a que deu o nome de “Metodologias Ativas no tempo do 25 de Abril” e que contou com a presença do professor José Pacheco, conhecido pelo trabalho que desenvolveu na Escola da Ponte (Santo Tirso). Sócio do SPN, de longa data, José Pacheco falou da importância do sindicalismo na sua vida como professor, dos encontros e desencontros com a tutela, com agentes educativos locais, com o SPN e a Fenprof.



foto: Paulo Pinhal

Detentor de um pensar independente, José Pacheco não deixou de valorizar a força dos coletivos. Da sua intervenção, transpareceu aquela que é, talvez, a marca distintiva da sua obra — um amor incondicional à Educação, uma dedicação sem par às crianças e adolescentes, um espírito acutilante e observador de todas as práticas letivas. À conversa, conferiu, ainda, um sentido de agradecimento a todos os que permitiram que a obra crescesse, incluindo o SPN.

Eis o registo de alguns dos seus pensamentos — “Um professor não ensina aquilo que diz, ele transmite aquilo que é.” / “A criança não faz aquilo que quer, ela quer aquilo que faz.” A primeira expressão é uma referência à ética na educação; a segunda refere-se à aprendizagem pela prática. Ética foi uma palavra muito ouvida, naquela manhã: a imperatividade de um compromisso ético com a profissão e a necessidade de não acomodação, devendo, em sua opinião, os professores reclamar o que a Lei de Bases do Sistema Educativo estipula. Ditas por José Pacheco, estas palavras adquirem uma outra relevância, pois são a sua história de vida.

José Pacheco é, sem dúvida, um prático da educação, mas também um teórico com obra feita. Falou das dezenas de livros que publicou e palestras que deu um pouco por todo o mundo. E pela sala passaram Alexander S. Neill, Célestin Freinet, Philippe Perrenoud, entre tantos outros que informam e enformam a obra do autor.

A abrir a Osessão, leitura de um trecho de «O Príncipezinho», de Antoine de Saint-Exupéry, por Élia Alves, que destacou a importância do “cativar”. Segundo a própria, a leitura deste trecho constituía uma espécie de ritual, no tempo em que lecionou na Escola da Ponte. Os presentes foram cativados pela leitura encenada. Até José Pacheco, que não é uma raposa qualquer. Definitivamente, este colega não é um colega qualquer, um simples nome associado a um apelido, um qualquer José Pacheco. Este, que esteve em Penafiel, no dia 12 de abril, cativou e continua a cativar. E tal como a diz a raposa: “só conhecemos o que cativamos”. Assim, todos ficaram a conhecer melhor o professor José Pacheco.

NF

SPN PROMOVE SESSÕES COM FUTUROS PROFESSORES

O SPN tem vindo a dinamizar sessões com estudantes de cursos de via ensino e/ou estagiários. Estes encontros pretendem ser espaços de reflexão sobre a profissão e sobre a luta do movimento sindical docente. Assumem, naturalmente, uma dimensão informativa sobre alguns dos diplomas enquadramentos da profissão como o Estatuto da Carreira Docente ou a legislação referente aos concursos.



foto: Cláudia Brito

Aquando da escrita deste texto informativo tinham-se realizado 3 sessões: no Agrupamento de Escolas de Águas Santas, em parceria com vários grupos de estágio, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Escola Superior de Educação do Porto, em colaboração com as respetivas Associações de Estudantes. As sessões foram dinamizadas por dirigentes do SPN que partilharam informação, esclareceram dúvidas e deixaram palavras de estímulo a quem decidiu abraçar esta profissão tão exigente, mas indispensável à construção de um futuro melhor.

Num momento em que Portugal, e tantos outros países, enfrenta uma crise de recrutamento e retenção de professores qualificados, dir-se-á mesmo que a falta de professores é um dos principais problemas que afeta a Educação, esta é uma oportunidade para sublinhar a imprescindibilidade da ação organizada dos docentes. Tanto no plano nacional como internacional, importa conjugar esforços para melhorar o estatuto e as condições de exercício da profissão, torna-la atrativa, de forma a motivar quem chega e permitir o regresso de milhares de docentes que a abandonaram nos últimos anos. Para além, naturalmente, do caráter informativo, estas sessões transportam consigo o objetivo de mostrar aos futuros professores que esta também pode ser

uma profissão digna, gratificante e atrativa para os jovens. Decididamente, são os educadores e os professores que dão rosto ao futuro!

Por força dos milhares de docentes que se aposentam nos próximos anos, novos profissionais chegarão ao sistema educativo. Para estes, importa ter presente o que representa fazer parte de um Sindicato, não apenas do ponto de vista do interesse individual. por exemplo, no apoio às diferentes fases do concurso (um processo que não é simples), como do interesse coletivo, que muito contribui para o fortalecimento de uma comunidade profissional, alicerçada no sentimento de pertença. A ação coletiva é a força que pode transformar a realidade, como a luta em torno da recuperação do tempo de serviço recentemente comprovou.

Para que o Sindicato possa crescer e renovar-se, precisa que os jovens professores que estão a chegar à profissão se sindicalizem, se tornem ativistas e assumam cargos dirigentes. Só desta forma se renovam práticas e se fortalece a organização, assumindo o legado de gerações anteriores e continuando a dar força à profissão. Daí a importância destes espaços de encontro com jovens e futuros professores.

MM



Salazarismo: Cultura e Educação

A ditadura salazarista, resultado do processo de fascização da ditadura militar de 1926-33, impôs uma nova ordem política a Portugal e às suas colónias, que teve, como foi o caso em todos os regimes de natureza fascista, evidentes implicações no campo social e cultural e, em menor medida, no campo económico. No campo cultural, o salazarismo, que gostava de falar de uma “nova ordem de factos espirituais”, criou um conjunto de novas estruturas paramilitares e paraescolares (de que se destacam as duas Mocidades) que funcionaram como esquemas muito eficazes (se os comparamos com aqueles de que dispunham os regimes políticos contemporâneos anteriores) de enquadramento das massas, embebidas de uma vontade totalitária de definir e condicionar a formação moral, intelectual e ideológica da totalidade da população e, muito particularmente dos jovens. Ao serem importados dos regimes fascistas italiano e nazi alemão (cuja construção e consolidação é rigorosamente contemporânea do Estado Novo português), tais instrumentos ajudam a entender a natureza fascista intrínseca ao salazarismo.

Manuel Loff
(22 de fevereiro)



Revolução e Reforma Agrária

A reforma agrária é frequentemente apresentada como entrave ao progresso, um vestígio passadista e esquerdista, que obstou a um processo de modernização que já estaria em curso, com empresários empreendedores e subida de salários. Foi remetida para um conjunto de lembranças pessoais: enquadra a memória coletiva, mas não a da sociedade, devido à não inscrição através de políticas públicas de memória. O processo de reforma agrária seduziu para futuros imaginados, num projeto que incorporava a esperança. A mais importante das suas conquistas é o reconhecimento da capacidade de um grupo social — longamente subalternizado e exotizado — organizar o trabalho e as aldeias, tomar nas mãos o seu destino e decidir a sua vida. Essa assunção de si, esse controlo da existência, é um campo de possibilidades, num tempo em que os seres humanos se tornaram descartáveis e as suas vidas imprevisíveis. Ao questionar um regime de propriedade latifundiária, com outros modos de organização da produção, permanece um anátema na memória pública, mesmo em datas redondas, propensas a comemorações.

Paula Godinho
(29 de março)



Corta! A censura nos jornais

Em bom rigor, o debate deveria chamar-se “Na dúvida, corta!”, pois caracterizava melhor a atuação do poder instituído. Nesta viagem, após breve referência à história de censura em Portugal, navegou-se pela ação censória desenvolvida pelo regime fascista. Foram apresentados exemplos concretos das práticas de censura. A censura aos meios de comunicação social, nomeadamente aos jornais, agravou-se com a instauração da Ditadura Militar (1926) e a posterior censura prévia, instituída pelo Secretariado Nacional de Informação (1933). Consciente de que o “conhecimento é saber, abre mentes e desperta a capacidade de entendimento”, a política de informação do regime fascista foi, sempre, intencional e implacável, quer na definição das temáticas, nos conteúdos expressos ou nas abordagens. A censura fascista omite, oculta, não dá a conhecer; deturpa, condiciona, manipula e cria um país de ficção. É um dos alicerces da propaganda, ao serviço do ideário dos “brandos costumes”. O lápis azul, “que tanto podia ser vermelho ou de outra cor”, serve para o fascismo cortar, mas, principalmente, para formatar.

Silvestre Lacerda
(26 de abril)



TERESA VELOSO EM TRÊS NOTAS MUITO PESSOAIS

foto: Fátima Matos

1. Homenagem

Esta não é uma homenagem. Em Portugal, gostamos de fazer homenagens aos mortos ou aos quase-mortos. Nessa altura, reconhecemos a bondade, a capacidade de liderança, as ações verdadeiramente extraordinárias, a coragem, até mesmo o heroísmo de quem, em vida, silenciámos tudo, ou até de quem mal dissemos. Não. A Teresa está viva e recomenda-se. E todos nós lhe desejamos uma longa e feliz vida. Não é, pois, de homenagem que trata este texto. É apenas um agradecimento aos 42 anos de trabalho e dedicação que a Teresa Veloso deu ao nosso Sindicato.

2. Teresa Veloso

No princípio, o Sindicato tinha apenas um dirigente a trabalhar em exclusivo (o que subscreve este texto) e uma funcionária (a Alice) que, infelizmente, nos deixou demasiado cedo. Entretanto, fomos crescendo e faltava-nos quem começasse a olhar por nós (sim, por nós, dirigentes...). Não sei (não me lembro, nem quis perguntar) se a Teresa Veloso entrou antes das primeiras eleições que realizámos logo em 1983 ou se foi depois delas. O que sei é que a Teresa entrou, em 1983, para ser tudo no Sindicato: secretária da Direção, chefe de serviços, pombo correio, dobradora de comunicados, saliva de envelopes, agenda de tudo e de todos, mãezinha de todos e cada um. Nenhum de nós notou se emagrecia de tanto trabalho porque a sua figura delgada parecia tudo suportar.

Naturalmente que, num Sindicato, o papel dos dirigentes é fundamental. Mas a existência de funcionários como ela confere a consistência necessária para o seu funcionamento. Mal comparado, é como num hospital: quem receita a cura são os médicos, mas quem lha dá são os enfermeiros. E além disso, aturam os doentes, dão-lhes conforto, falam com e tranquilizam as famílias (declaração de interesses: a minha filha é enfermeira). E quando os funcionários vestem a camisola do Sindicato, então a organização tem aquele suporte necessário para crescer e melhor desempenhar a sua missão.

Digamos, então, o que, para mim, mais e melhor define a Teresa como funcionária do SPN: não só vestiu a camisola do Sindicato, como, enquanto responsável pelo pessoal, obrigou todos a vestir essa camisola. E, mesmo, ensinava

a dirigentes, mais novos ou menos atentos, que este Sindicato só aceitava quem soubesse vestir e defender essa camisola. E sempre com um sorriso e uma delicadeza que era a capa que usava para afirmar a sua firmeza.

Tenho na memória muitas histórias que podem exemplificar o que estou a dizer, mas vou salientar apenas uma, talvez a que melhor exemplifica a sua dedicação ao Sindicato. Quando, por razões todas elas dignas, houve uma divisão entre os dirigentes sindicais e, por isso, concorreram duas listas aos órgãos do Sindicato, a Teresa Veloso, que tinha amigos nos dois lados, instruiu todos os funcionários que o seu dever era servir o Sindicato e que ninguém se deveria imiscuir naquela que seria a decisão dos associados. E estou totalmente à vontade para afirmar que este é o melhor exemplo do seu amor ao Sindicato pois eu estive do lado dos derrotados sem nunca perder a amizade da Teresa Veloso. E até me atrevo a dizer que esta atitude foi a semente que conduziu a que, poucos anos volvidos, aparecesse uma lista de unidade. Devemos muito à Teresa. Até a nossa própria unidade!

3. Teresinha

Pois: além de Teresa Veloso, ela foi também a Teresinha de todos nós. Não posso falar por todos, mas posso testemunhar por muitos, porque foram vinte e três anos como dirigente do SPN, o acompanhamento íntimo, o ombro disponível para ouvir o que nos acontecia, mesmo na nossa vida pessoal. Com aquela discrição só possível pela grandeza do seu caráter. A mim, viu-me chorar, viu-me rir, viu-me feliz, viu-me triste, viu-me esgotado, viu-me nervoso, viu-me a sofrer e, sem nunca deixar de ser a Teresa Veloso, foi também sempre a Teresinha.

Por tudo isto, eu, enquanto um dos fundadores do SPN e seu primeiro coordenador, como dirigente durante 23 anos do nosso Sindicato e, com a certeza de que não me engano, em nome de todos os que lutaram e lutam no Sindicato para serem a força e a vontade dos Professores do Norte, digo OBRIGADO, TERESA!

MDS

índice

2 — **a abrir**

IV Encontro pela Paz

3 — **editorial**

Não, não está tudo bem na Educação e na Ciência

4 — **25 de Abril 1.º de Maio**

Fotos: HB

6 — **em foco**

A educação não é uma ModA
O SPN e as Legislativas/2025

8 — **ponto de vista**

O que espera do novo governo
As promessas e o novo governo

10 — **das escolas**

Votar Claro: encurtar a distância entre os jovens e a política

12 — **direito aos direitos**

Quem é Feliz na Creche?

13 — **em alta resolução**

Fotografia de Joana Rodrigues

14 — **destaque**

SPN no 15.º Congresso: Intervenções

28 — **grande-angular**

Fotos: HB

29 — **na mira**

A privatização dos serviços públicos

30 — **ação sindical**

Descredibilizar a Escola Pública para legitimar a precariedade no privado
Continuar sindicalizado é dignificar os docentes aposentados
Porque a luta se faz todos os dias no ensino superior
Encontro Nacional de Educação Inclusiva
Registos da ação reivindicativa

36 — **da formação**

À conversa com José Pacheco
SPN promove sessões com futuros professores
SPN/Ciclo de Debates

39 — **do sindicato**

Teresa Veloso em três notas muito pessoais